



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS GEOGRÁFICAS  
CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA

GUILHERME BARBOSA DA SILVA

**SEGREGAÇÃO E DIFERENCIAÇÃO RACIAL:  
AS DIFERENTES REALIDADES DA AVENIDA  
NORTE MIGUEL ARRÁES DE ALENCAR**

Recife

2023

GUILHERME BARBOSA DA SILVA

**SEGREGAÇÃO E DIFERENCIAÇÃO  
RACIAL: AS DIFERENTES  
REALIDADES DA AVENIDA NORTE  
MIGUEL ARRARES DE ALENCAR**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de licenciado em geografia.

Orientador (a): Ana Carolina Gonçalves Leite

 Documento assinado digitalmente  
ANA CAROLINA GONCALVES LEITE  
Data: 06/11/2023 18:06:26-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Recife

2023

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,  
através do programa de geração automática do SIB/UFPE

Silva, Guilherme Barbosa da.

Segregação e diferenciação racial: as diferentes realidades da Avenida Norte Miguel Arraes de Alencar / Guilherme Barbosa da Silva. - Recife, 2023.

54 p. : il., tab.

Orientador(a): Ana Carolina Gonçalves Leite

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Geografia - Licenciatura, 2023.

9,5.

Inclui referências.

1. Espaço Urbano. 2. Racismo. 3. Segregação . 4. Diferenciação. 5. Avenida Norte Miguel Arraes de Alencar. I. Leite, Ana Carolina Gonçalves. (Orientação). II. Título.

910 CDD (22.ed.)

GUILHERME BARBOSA DA SILVA

**SEGREGAÇÃO E DIFERENCIAÇÃO  
RACIAL: AS DIFERENTES  
REALIDADES DA AVENIDA NORTE  
MIGUEL ARRAES DE ALENCAR**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado ao Curso de Licenciatura em  
geografia da Universidade Federal de  
Pernambuco, como requisito parcial para  
obtenção do título de licenciado em  
geografia.

Aprovado em: 05/10/2023

**BANCA EXAMINADORA**

---

Profa. Dra. Ana Carolina Gonçalves Leite  
(Orientadora) Universidade Federal de  
Pernambuco

---

Profa. Dra. Edvania Tôrres Aguiar Gomes  
Universidade Federal de Pernambuco

---

Prof. Me. Adalberto Antonio Mota Correia  
Universidade Federal de Pernambuco

## AGRADECIMENTOS

Durante cinco anos de curso muita coisa aconteceu e muito de mim mudou: entrar com 17 anos em uma universidade pública é uma verdadeira aventura e concluir este ciclo está sendo outra mais mirabolante ainda. Porém, eu não teria mudado tanto se não fossem as pessoas que estiveram e estão ao meu lado e me influenciaram muito na minha trajetória acadêmica. Sou grato a todos que confiaram em mim desde sempre e sinto que se um dia eu retribuir não será nem o dobro do que me foi dado.

Agradeço, antes de tudo, a minha mãe Prof Ma Edilene Maria da Silva Barbosa por me ensinar o que é amor e a lutar contra toda opressão que um jovem negro pode sofrer no Brasil. Não sei o que eu seria sem você, mãe. Viro professor por sua causa; por ver você dando aulas de sábado a sábado por muitos anos para me criar com as melhores condições possíveis, por ver você abdicar de muito para dar atenção a mim, por você me aconselhar inúmeras vezes sobre minhas decisões acadêmicas e da vida no geral, por você me encorajar e mostrar que é possível mudar através da educação, por você me dar consciência racial que eu tenho e que está presente neste trabalho, enfim, por ser você. Poderia escrever todas as palavras do mundo, mas ainda seriam poucas pra expressar a admiração que eu tenho por ti. Ainda quero lhe ver doutora.

Deixo os meus agradecimentos para todos os professores do ensino básico que tive os quais foram muito importantes para que eu optasse por uma licenciatura. Muito obrigado Ivan Cavalcanti, Diego Lima, Edvaldo Junior, Bruno Nascimento, Serafim Ferreira e a Anderson, meu professor de matemática do 6º ano do ensino fundamental II, por me fazerem sentir importante na sala de aula me dando voz para expressar o que eu sinto, e não reproduzindo a estrutura opressiva educacional onde meninos negros sempre são considerados o problema. Hoje me espelho no que vi em vocês.

Incluo nos meus agradecimentos todos os meus companheiros de idas aos jogos do Sport, em específico no período da pesquisa, por compartilhar a ilusão divertida que é futebol e me deixarem feliz em momentos que a felicidade parecia muito distante. Obrigado Arthur, Rayssa (que sempre estará próxima), Thais, Danilo e Joao Vitor (W) por comemorarem ao meu lado.

Também as minhas amigas da vida Sophia e Marina por me proporcionarem momentos de descontração durante o processo de escrita. Aos meus amigos de banda Gabriel e Pedro que proporcionaram a mim os mais sinceros sentimentos através da música: todos vocês moram no meu coração.

Agradeço imensamente ao meu terapeuta Djair por me deixar sempre com a cabeça erguida nos piores momentos durante estes meses e por pensar que há um futuro melhor toda vez que o sol nasce. Nunca pensei que uma psicoterapia afrocentrada fosse me auxiliar tanto como auxiliou na pesquisa.

Em âmbitos acadêmicos, agradeço aos inúmeros colegas de turma que fiz durante a graduação pela leveza que estes trouxeram durante os 5 anos. Sou muito grato pela amizade mais próxima que passei a ter com Isabelle, Maria Carolina, Milena, Pablo, Matheus, Karol, Luydh, Eduarda Dahora e Pietro. Muito obrigado!

A todos os meus companheiros de PIBID e aos estudantes do EREM Padre Nércio Rodrigues pela iniciação no universo da docência. Agradeço à CAPES pela primeira oportunidade de bolsa que tive na vida.

Não posso deixar de agradecer ao PET Geografia UFPE pela experiência e pelo desenvolvimento acadêmico que obtive a partir da metade da graduação. Agradeço a todos, sem exceção, pela amizade, conhecimento, conversas, eventos, experiências, discussões, trabalhos de campo e todas as demais atividades que desenvolvi a partir de setembro de 2021. Por mais programas como o PET em universidades públicas para que haja o desenvolvimento científico crítico nos estudantes e professores e que oportunizem a viagem instigante que é o tripe pesquisa-ensino-extensão o qual levarei em minha carreira profissional. Deixo meus agradecimentos especiais ao Prof Dr Cláudio Ubiratan, tutor do PET, pela amizade concedida neste momento e que foi necessária em tantos momentos para mim. Também agradeço ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação pela bolsa concedida.

Agradeço ao Programa de Residência Pedagógica oportunizar a mim a inserção mais profunda na sala de aula e na docência. Minha visão acerca da educação mudou após entrar no programa e ministrar aulas ao lado da professora Edivania no EREM Ginásio Pernambucano Aurora. Muito obrigado à turma da eletiva de atualidades dos 3º anos do ensino médio!! Vocês me deram esperança por uma educação que discuta o racismo, a violência de gênero e outros demais problemas ocasionados pelo capital e que possa dar voz a luta. Nunca esquecerei de vocês e quero ver todos conquistando seus sonhos. Agradeço também à CAPES pelo incentivo da bolsa.

Muito obrigado ao Prof Dr Bertrand Cozic por dar oportunidade para eu trabalhar com a cartografia de indígenas Warao no Recife durante parte da graduação e pelo conhecimento trocado. Agradeço à Prof Dra Priscila Vasconcelos pela disciplina de Geografia das relações étnico-raciais, que abriu minha mente para a presente pesquisa e

para grande parte dos trabalhos científicos que desenvolvi para eventos durante a graduação, incluindo este aqui presente. Também agradeço a Prof Dra Edvania Torres pelas conversas, dicas de leitura, trabalhos de campo e a monitoria na disciplina de Geografia Urbana, a qual me auxiliou bastante para a compreensão do Espaço Urbano.

Agradeço muito a minha orientadora Prof Dra Ana Carolina Gonçalves Leite pela paciência comigo por todo o processo de orientação, pelas recomendações de leitura, pelos apontamentos, pelos trabalhos de campo, pelos conselhos, enfim, pela amizade desenvolvida desde sempre. Tinha medo que o processo do TCC fosse um monstro e esse medo nunca existiu devido leveza e calma que tu trouxeste para mim, Carol. Nunca vou cansar de agradecer a você por tudo. Muito obrigado a todos do Grupo de Segunda pelo conhecimento trocado e pela discussão de textos tão essenciais para o andamento da pesquisa de todos.

“Tudo que nós tem é nós”  
Emicida

## RESUMO

A presente pesquisa traz uma trajetória das multifacetadas dentro da ciência geográfica. Com a composição social brasileira e o seu passado intimamente relacionado com a escravidão, existe uma dinâmica extremamente importante a ser estudada e relacionada com o racismo e construção do Espaço. Uma de suas expressões nítidas é percebida no processo de produção do Espaço Urbano em elementos diversos que vão das diferenciações às segregações, isso quando não os dois porém sempre aliada ao processo constante de produção e reprodução aliada a reprodução do capital. A cidade é, então, uma das responsáveis pela propagação do racismo. O Recife se enquadra em tal contextualização carregando ao longo do seu processo de construção geográfica urbana, porém sendo singular enquanto ao histórico de composição da população negra, suas trajetórias de migração e habitação dentro da própria cidade e também as suas segregações e diferenciações. Estas últimas podem ser percebidas na Avenida Norte Miguel Arraes de Alencar, localizada na Zona Norte da cidade, ao longo de seu perímetro quanto as suas caracterizações em seus trajetos. Sendo meios de interligações entre espaços através de fluxos, as avenidas também carregam a ideia de reprodução do capital no Espaço Urbano, existindo, eventualmente, como uma forma de reprodução do racismo em seus diversos pontos.

**Palavras-chave:** Segregação; Racismo; Avenida Norte Miguel Arraes; Diferenciação.

## ABSTRACT

This research presents a trajectory of the multifaceted aspects within geographic science. With the Brazilian social composition and its past closely related to slavery, there is an extremely important dynamic to be studied and related to racism and the construction of Space. One of its clear expressions is perceived in the production process of Urban Space in different elements that range from differentiations to segregations, if not both, but always combined with the constant process of production and reproduction combined with the reproduction of capital. The city is, therefore, one of those responsible for the spread of racism. Recife fits into such a contextualization, carrying throughout its process of urban geographical construction, but being unique in terms of the historical composition of the black population, its migration and housing trajectories within the city itself and also its segregations and differentiations. The latter can be seen on Avenida Norte Miguel Arraes de Alencar, located in the North Zone of the city, along its perimeter in terms of its characteristics in its routes. Being means of interconnections between spaces through flows, avenues also carry the idea of reproduction of capital in Urban Space, eventually existing as a form of reproduction of racism in its various points.

**Keywords:** Segregation; Racism; North Avenue Miguel Arraes; Segregation; Differentiation

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – <b>Mapa de trajeto da Avenida Norte Miguel Arraes de Alencar</b>	39
Figura 2 – <b>Fronteira de início da Avenida Norte</b>	40
Figura 3 – <b>Fronteira de fim da Avenida Norte</b>	40
Figura 4 – <b>Reminiscencias de trilhos na Avenida Norte</b>	41
Figura 5 – <b>Mapa de localização das linhas ferreas no Nordeste</b>	42
Figura 6 – <b>Lojas de reparo automobilístico na Avenida Norte</b>	43
Figura 7 – <b>Loja de Carros na Avenida Norte</b>	44
Figura 8 – <b>Verticalizações na Avenida Norte</b>	45
Figura 9 - <b>Mapa de renda média nominal mensal ao Norte do Recife</b>	48
Figura 10 - <b>Mapa de Renda X População por co ou raça ao Norte do Recife</b>	49

## LISTA DE SIGLAS

COHAB	Companhia de Habitação Popular
DL	Decreto de Lei
EREM	Escola de Referência em Ensino Médio
FUNDAJ	Fundação Joaquim Nabuco
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
PPP	Parceria Público Privado

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>13</b>
<b>2 CONSTRUÇÃO DO RACISMO NA SOCIEDADE BRASILEIRA.....</b>	<b>16</b>
2.1 Racismo Estrutural.....	17
2.2 Identidade Racial Versus Identidade Nacional: o processo de embranquecimento na sociedade brasileira.....	21
2.3 Preconceito e Discriminação racial.....	27
<b>3 O NEGRO NO RECIFE E SUAS TRAJETÓRIAS MIGRANTES: DOS MOCAMBOS AOS MORROS DE CASA AMARELA.....</b>	<b>31</b>
<b>4 A AVENIDA NORTE MIGUEL ARRAES DE ALENCAR.....</b>	<b>37</b>
4.1 Produção do Espaço Urbano e Contextualização histórica.....	37
4.2 Segregação e Diferenciação racial expostas pela Avenida.....	42
<b>5 CONCLUSÃO.....</b>	<b>49</b>
<b>6 REFERÊNCIAS.....</b>	<b>52</b>

## 1 Introdução

O racismo foi se formulando na sociedade brasileira com expressões bem marcadas nas cidades ao longo de todo o território. Há, por trás de sua ocorrência, todo um sistema estrutural e meios os quais passem a sustentar a esta estrutura, para que assim o racismo venha a se perpetuar sucessivamente (ALMEIDA, 2020).

Assim, com a sua estruturalidade, o racismo manifesta-se de tal forma que também passa a ser institucionalizado por forças opressivas as quais dialogam com o processo de identidade (MUNANGA, 2016) e resultam em processos diversos que atingem a população negra (NASCIMENTO, 2016), como o seu genocídio, ausência de políticas públicas e processos de segregações nas cidades. O negro passa a ser escanteado quanto a sua própria existência, passando também pelo processo de embranquecimento como forma de retirar a sua identidade e apresentar a estrutura branca de reprodução do racismo.

Como afirmado, uma das muitas formas de reprodução do preconceito racial voltado ao sujeito negro se dá nas cidades e nas maneiras as quais estas estão organizadas espacialmente. No Recife, parte da população negra migrou de áreas de habitações de mocambos (FISCHER, 2020) durante a década de 40 para a constituição de bairros considerados mais populares e longe dos centros de habitação da cidade, os quais já estabeleciam uma predominância de populações autodeclaradas brancas. As habitações dos morros de Casa Amarela, na parte norte da cidade, trazem a construção, inicialmente, de bairros com uma maioria da população negra.

Entretanto, disseminando a estruturalidade do racismo, o Estado se faz ausente nas áreas agora habitadas pela população ex mocambeira com a falta de serviços públicos, assistências políticas e cobrança abusivas de alugueis por terrenos que não tinham sequer posse (ROCHA, 2020). As “Terras de Ninguém” como eram chamadas, traduziam as condições de existencia da população negra na cidade ao inserir o racismo à cidade.

Com essa caracterização, se pode afirmar acerca do Urbano e o seu processo de Urbanização a qual é relacionado com as formas de propagação do capital por diversos elementos no Espaço (DAMIANI, 2009). Como principal compositor, o dinheiro e a sua expansão na sociedade ganham relevância e trazem influencias para

a sistematização do racismo através das relações inerentes que existem entre racismo e capitalismo – a existência de um se dá através da existência do outro, atuando em diversas formas distintas.

As maneiras de propagação do capital na cidade carregam estruturas bem definidas através de funções de elementos como avenidas, ruas, prédios e estabelecimentos, como a Avenida Norte Miguel Arraes de Alencar. A sua importância enquanto rede de conexão no Recife são essenciais para os fluxos do capital na cidade não somente pela sua localização na cidade mas também por conectar esta mesma. A sua ação resulta na segregação racial ao longo do seu perímetro através destes fluxos do capital, causando a origem de diversos contextos diferentes quanto ao próprio parâmetro raça e de classe na avenida que podem ser observados através de um olhar geográfico.

Assim, a pesquisa tem como objetivo geral analisar a diferenciação e segregação racial ao longo da Avenida Norte Miguel Arraes, considerando as trajetórias geográficas da população negra e de formação do Espaço Urbano. Em específico, se objetiva:

- Discutir socialmente a construção do racismo brasileiro;
- Abordar o processo de habitação da Avenida Norte por meio de suas migrações;
- Analisar o papel da Avenida Norte enquanto compositora do Espaço Urbano;
- Identificar o processo de diferenciação e segregação racial na Avenida.

Para a pesquisa, serão utilizadas bases bibliográficas presentes em artigos, livros e outros demais trabalhos acadêmicos sobre a construção do racismo no Brasil, os mocambos no Recife e suas migrações para Casa Amarela, a formulação do Espaço Urbano e sobre o histórico da Avenida Norte Miguel Arraes de Alencar para a produção da sua contemporaneidade. Buscarão ser lidos e estudados autores de diversos vieses metodológicos para somar com a análise e o entendimento geográfico do desenvolvimento do racismo na Avenida aqui estudada. Além disso, para facilitar o andamento da pesquisa, serão constituídos e analisados mapas, imagens e dados vindos de fontes como o IBGE, FUNDAJ e a Prefeitura do Recife para observar a problemática anunciada diante da hipótese vista.

Além disso, serão realizados trabalhos de campo para constatar o estudado teoricamente na materialidade através de constatações e entrevistas com sujeitos que habitam na Avenida. Consta-se que haverá o entrelaçamento entre o olhar da dialética e a perspectiva do fenômeno em si própria, especificamente esta última em relação

ao olhar da Avenida, enquanto metodos antônimos mas que podem ser utilizados lado a lado em partes diferentes da pesquisa.

Também se destaca que haverá uma utilização deveras importante da geografia historica para o entendimento da construção espacial urbana quanto à eventos chaves que são necessarios para entender o racismo, o Recife e a Avenida Norte. Foi buscado compreender que a historia anda próximo à geografia porém com finalidades de estudo diferentes, sendo destacado aqui a objetividade e centralidade no Espaço geografico e suas relações internas que o construíram ao longo do tempo.

## **2 Construção do racismo na sociedade brasileira**

A invasão das terras as que se viriam a chamar de Brasil carrega em si uma característica não tão singular assim que traz impactos até os dias atuais: a escravidão de populações negra. Com a rentabilidade da plantation, o tráfico negreiro só fazia crescer e disseminar a venda de populações vindas de africa como mão de obra de trabalho através de diversas teorias racistas as quais foram se desenvolvendo daí em diante

A construção de um sistema para adotar as mesmas características de escravização se popularizaram e se tornaram muito rápidas: em 1530 se iniciou o tráfico de escravos e em 1535 já se encontrava regularizado, fazendo com que o fluxo só aumentasse (NASCIMENTO, 2016). A inserção do africano escravizado fazia com que, aos poucos, modos de produção diversos, como os dos Engenhos de Cana de Açúcar em Pernambuco e as Fazendas de Café em São Paulo, fossem perpetuados ao longo dos séculos XVII, XVIII e XIX.

Em 1850, após 315 anos de transações forçadas, vindo de etapas diferentes prévias que vão dos sequestros aos maus tratos, de Africanos para trabalhar em situação de escravos no Brasil, a Lei Eusebio de Queiroz promulga o fim do tráfico de escravos para todo o território nacional (BRASIL, 1850). Já em 1888, o Estado considera a escravidão totalmente ilegal e declara-a extinta em todo o território nacional por meio da Lei Nº 3.353, também conhecida como Lei Aurea, porém com a Lei Eusébio de Queiroz já proibindo o tráfico negreiro desde 1850 e trazendo impactos na redução da circulação interna de escravizados no território brasileiro. O fim do terror do negro, agora ex-escravizado, entretanto, não chegava perto de acabar em sua integralidade.

Os reflexos da escravidão na sociedade brasileira são vistos até hoje nas condições de reprodução da população negra no Brasil. Seu caráter estrutural é relacionado à escravidão, presente no pensamento das aristocracias colonizadoras brasileiras, que compõe até os dias de hoje as condições do negro no Brasil. Todo o contexto de formação do território no sistema capitalista escanteia o negro, seja na sua posição de escravizado ou, agora, de ex-escravizado, sendo essencial discutir o racismo formado enquanto estrutura como uma importante forma de entende-lo no contexto brasileiro.

## 2.1 Racismo Estrutural

Como foi visto, de maneira resumida e simples através de leis e promulgações, o racismo se fez presente em toda a história como chave para manter o sistema colonial aqui atuante devido a pontos como a lucratividade fornecida pelo tráfico e o usufruto da terra livre para a execução do trabalho escravo. Tal organização econômica e social, a qual se baseia na visão preconceituosa de que os negros vindos de África seriam somente corpos hábeis para tarefas relacionadas ao trabalho, põe em jogo a estruturação destes sujeitos na sociedade brasileira. Assim, o negro vai passar a existir não somente em questão a seus traços físicos, subjugados previamente pelo branco como inferior e animalesco (MUNANGA, 2020), mas também em relação à onde o sistema capitalista o destinou exatamente por este processo de coisificação, que foi decisiva para que tais pessoas pudessem ser vendidas em benefício da acumulação do capital.

O racismo é, em toda sua totalidade, estrutural. Silvio de Almeida (2020) em sua obra intitulada de Racismo Estrutural afirma que

...ele (o racismo) é um elemento que integra a organização econômica e política da sociedade. Em suma, o que queremos explicitar é que o racismo é a manifestação normal de uma sociedade, e não um fenômeno patológico ou que expressa algum tipo de anormalidade. O racismo fornece o sentido, a lógica e a tecnologia para a reprodução das formas de desigualdade e violência que moldam a vida social contemporânea (ALMEIDA, 2020. pag 15).

Dessa forma, fica clara a ligação entre o sistema econômico vigente com o racismo no Brasil, de uma forma que um sempre existiu para que houvesse a permanência do outro, e vice-versa. A existência do capitalismo se retroalimenta ao racismo intimamente, atuando na produção do Espaço como ponto estrutural sempre existente através de invenções e reinvenções com o passar das épocas.

A estruturação, enquanto e em meio ao sistema, se torna mais concreta em sua materialidade quando se observam aspectos da sociedade como taxas de desemprego, escolaridade e acesso à saúde. Sujeitos negros e pardos se encontram sempre menos abarcados pelas políticas públicas do Estado, apesar de serem maioria na população (MUNANGA, 2020). Esta destinação do poder do Estado passa a atuar como uma importante ferramenta de estratégia para a permanência da estrutura branca e da branquitude, que passa, por sua completude, pelo genocídio do povo

negro.

Por se passar em um sistema democrático criado pelo Estado, há uma harmonização pré definida para a perpetuação do racismo. Em outras palavras, o Estado apresenta ações na tríade que é a política, no direito e na economia para tal permanência aqui comentada (ALMEIDA, 2020) para a propagação do racismo. Essa tríade é levantada como essência base de discussão e base para a teoria social aqui empregada, possibilitando entender a sociedade brasileira através de si.

Na política, o racismo se baseia na ausência de ações afirmativas que tenham como público alvo as populações negras, como já foi abordado aqui previamente. A perpetuação enquanto a falta de ações para as classes populares se enquadra da mesma forma no racismo pelo fato das mesmas serem, em geral, compostas pela população negra. É possível sustentar tal fato seja estatisticamente, relacionando dados de raça e classe, ou seja na interseccionalidade, quando se conjuga a associação racista de classes mais baixas à raça negra.

O fato pode ser conferido quando se comparam os dados do VRMMD de bairros e a porcentagem estatística em relação à autodeclaração de raça. Por exemplo, o bairro de Brasília Teimosa, no Recife, apresenta um VRMMD de R\$ 1.220,81 e uma população parda e negra de 64,92% em seu total; a alguns quilômetros de distância, o bairro de Boa Viagem apresenta um VRMMD de R\$ 7.108 e uma população parda negra de 32,46% em seu total (IBGE, 2010).

O mesmo ocorre em outras diversas cidades do Brasil com realidades históricas totalmente distintas enquanto a sua formação territorial, assim como no caso de Goiânia descrito por Ferreira e Ratts (2017). Bairros de classe média da cidade, os quais apresentam um maior acúmulo de renda, apresentam um maior número de pessoas brancas além de melhores estruturas de supermercados, farmácias e escolas. Já os bairros de maioria negra, encaixados pelos autores nas classes de renda “extremamente pobre”, “baixa” e “média baixa”, apresentam dificuldades estruturais básicas de acesso e infraestrutura, passando a ser o oposto do demonstrado de bairros com a maioria branca.

Tanto Recife quanto Goiânia apresentam a característica em comum da divisão através de raça e classe em bairros, mesmo com suas singularidades na formação histórica e na contemporaneidade. O ponto de congruência para a existência destes bairros passa, intimamente, pela política do Estado ao lado do mercado fundiário e imobiliário os quais promovem, em suas ações, determinados meios para que tal

realidade ainda se perpetue. O racismo se prolifera pela forma como o Estado rege o território de acordo com seus interesses próprios e das classes dominantes as quais os constituem.

No direito, considerando-o como uma forma de mediação das relações sociais, o racismo seria efetivamente punido e combatido por ser crime, indo a esferas civis e criminais interseccionadas (ALMEIDA, 2020). Entretanto, o acesso de grupos de extrema-direita ao poder através de meios democráticos, traz a prática do racismo por meio de restrições econômicas às minorias sem que haja uma punição e ainda um menosprezo por esta mesma. A perpetuação do racismo não é dada especificamente pelo direito, mas sim por particularidades deste que alavancam manifestações racistas as quais passam a ser atribuídas ao poder do Estado.

Já na economia também existem destaques importantes a serem considerados. Como o próprio Silvio argumenta, políticas públicas que passam por planejamentos financeiros do governo não atingem, populações de bairros majoritariamente negros, apesar dos gastos estatais só aumentarem. Esse aumento desigual é somente uma parcela das considerações da economia e o racismo, podendo relacionar-se com índices de desempregos, qualificação de trabalho e até presença em cargos de liderança em empresas públicas e privadas (BENTO, 2016), ponto o último o qual não será elaborado neste presente trabalho.

Segundo Almeida (2020), falar sobre raça e economia é sobretudo falar de desigualdade. A economia é, em si própria, uma área do conhecimento essencial para a reprodução da desigualdade por ter como denominador principal a execução de dominações com base no capital, agindo como estruturante básico para a ação do Estado capitalista e suas facetas. No contexto brasileiro, o racismo se encontra como caracterização contextual para a ação da economia base ao passar pelas relações de dominação relacionados ao período colonial e à economia política estabelecida pelo Estado.

Entretanto, no ramo do trabalho, que faz ligação direta com a produção de mercadoria pela força de trabalho na relação denominada de capital (MARX, 1983) o preconceito pelo negro também é revelado. Na discriminação em meio às relações de trabalho, as desigualdades raciais são apontadas, da mesma forma que as de gênero, como uma forma de incapacidade destes em fazer seus trabalhos (ALMEIDA, 2020), partindo da estrutura a qual origina tal modelo de trabalho assalariado até a colocação da existência de um mercado de trabalho. Tal atitude eventualmente

termina por destinar salários menores a mulheres e pessoas negras, estimulando a desigualdade por meios puramente racistas.

Estes três pontos apresentados passam a ser sujeitos a variações a depender de cada localidade, apresentando especificidades únicas entre si. Porém, continuam sendo impulsionadores do Estado para perpetuar o racismo na sociedade, considerando o racismo como um processo formativo de sujeitos caracterizados pela racialização com base nos seus traços físicos e culturais que não tem atributos positivos socialmente. A estruturação do racismo passa exatamente por apresentar pontos históricos da formação do território que moldam aspectos sociais presentes no mesmo.

Com toda a análise acerca de como o racismo se encontra estruturado e em seu processo de estruturação no Estado brasileiro, é importante considerar sua concepção que vai à panoramas os quais dizem de acordo com o seu caráter institucional. A institucionalidade do racismo vai existir a partir: “do funcionamento de instituições, que passam a atuar em uma dinâmica que confere, ainda que indiretamente, desvantagens e privilégios com base na raça” (ALMEIDA, 2020). Ou seja, instituições que apresentam a garantia de direitos com base no puro racismo, mas não de formas explícitas à um sujeito em específico.

O racismo não seria somente uma “ação” ou um conjunto de práticas para determinadas pessoas diferenciadas como grupo numa totalidade. segundo o autor, o racismo institucional pode ser caracterizado da seguinte forma:

“A principal tese dos que afirmam a existência de racismo institucional é que os conflitos raciais também são parte das instituições. Assim, a desigualdade racial é uma característica da sociedade não apenas por causa da função isolada de grupos ou de indivíduos racistas, mas fundamentalmente porque as instituições são hegemônicas por determinados grupos raciais que utilizam mecanismos institucionais para impor seus interesses políticos e econômicos.” (ALMEIDA, 2020. pag 32)

A estruturação em si do racismo passa, antes de tudo, pela existência de instituições de grupos sociais. A estrutura tem como base as instituições, que promovem a formação racista de base para a sua existência. Ainda segundo Almeida, é possível observar exemplos visíveis na sociedade quando:

“...o domínio de homens brancos em instituições públicas - o legislativo, o judiciário, o ministério público, reitorias de universidades etc. - e instituições privadas - por exemplo, diretoria de empresas - depende, em primeiro lugar, da existencia de regras e padrões que direta ou indiretamente dificultam a ascensão de negros e/ou mulheres, e, em segundo lugar, da inexistencia de espaços em que se disuta a desigualdade racial e de genero, naturalizando, assim, o dominio do grupo formado por homens brancos.” (ALMEIDA, 2020. pag 33)

Assim, determinada execução social da instituição da branquitude (a qual será detalhada mais a adiante) por um todo molda a sociedade e as baseia em estruturas intimamente ligadas por se relacionar, intimamente, com o racismo estrutural aqui observado ao tratar-se numa relação de poder. A escravidão, a dominação político econômica e a branquitude como agente são demonstrados em todos os aspectos vistos: a ausência de políticas públicas para a população negra, a desigualdade racial fruto da falta de oportunidades de empregos e a eventual segregação racial nas cidades.

O racismo passa a se construir na sociedade brasileira por meio de pontos centrais e extremamente presentes no capitalismo vigente, como a sistematização do trabalho e a estruturação social. Entretanto, para a execução e prática desta mesma estruturação, é necessário que haja um projeto ideológico, nesse caso racista. Somente assim é possível pôr em prática a elaboração de uma futura estrutura que possa, um dia, ser vigente e estabelecer as práticas, como no caso do racismo institucional e estrutural no Brasil.

## **2.2 Identidade Racial e Identidade Nacional: o processo de embranquecimento na sociedade brasileira**

Segundo Munanga (2020) a identidade pode ser definida como um processo permanente de construção de um povo, tendo a ver com as formas de comunicação, a história, a cultura e as relações territoriais e econômicas. Essa arrumação formula a identidade, independente da forma como foi constituída. No caso do Brasil, a identidade passa a ser marcada pelo processo de embranquecimento físico e mental da sociedade como um todo por meio da tentativa de exclusão e apropriação de traços negros na cultura, das práticas sociais e nos corpos.

O branqueamento, pelo menos fisicamente, não se deu de forma efetiva apesar

das inúmeras tentativas ao longo do século XX. A mestiçagem foi a maneira escolhida para realizar tal prática no Brasil, porém com suas singularidades quanto a outros países da América Latina e restante do mundo. Na Argentina, por exemplo, o negro foi desaparecendo quanto a suas características físicas através do genocídio discursivo (PAZ, 2021) somado aos atos da mestiçagem para chegar a configuração racial atual do país.

Ainda de acordo com Munanga (2020), a mestiçagem é definida como a mistura de populações identitárias distintas que passam a originar novas identidades em um mesmo ambiente, longe de questões meramente biológicas. Consoante com o conceito, o sujeito que nasce da relação de um branco com um indígena seria mestiço por agregar culturas identitárias distintas. A mestiçagem iria bem mais em relação sociológica que biológica, apesar desta última ser considerada como ponto principal por teóricos racistas da mestiçagem nos séculos XIX e XX.

O início dos discursos sobre a mestiçagem se inicia com biólogos, antropólogos e psicólogos europeus observando crânios, ossos e narizes de negros através da visão racista de que a população preta levaria doenças e outros demais vícios para a sociedade. Todas essas concepções originam, mais a frente, a ideia de “raça pura”, adquirida anos depois por Hitler para a construção do nazismo. Arthur de Gobineau, diplomata e teórico racista francês, foi um dos principais responsáveis pela propagação das ideias em seus escritos entre 1850 e 1855.

Parte desse pensamento surge contemporaneamente na Inglaterra após a revolução industrial com desumanização e inferiorização de todos os quais não pertencessem exclusivamente à classe intelectual europeia, indo dos trabalhadores de fabricas até populações africanas presentes na América (PUENTE, 2019). A mesma noção passava a ser empregada com mulheres por se classificarem como gêneros inferiores e com os negros com uma justificativa biológica de raça inferior. Tal pensamento vai dar o pontapé inicial de que raça e classe são interligadas entre si, porém, nesse momento, com uma concepção discriminatória.

No Brasil, a mestiçagem chega com o referencial europeu por parte da elite para a construção de uma identidade brasileira, porém impulsionada e relacionada com o determinismo biológico e inferioridade das raças não brancas. O processo de arianização, no ficar branco em sentido puro da palavra, fisicamente e culturalmente, era apoiado pelo Estado para o “avanço” da sociedade brasileira, defendido por parte do Estado e pelas Universidades ao debater a antropologia criminal. Com a

predominância desse pensamento institucionalizado, os negros eram entendidos e considerados como inferiores por serem o oposto do ariano padrão defendido como superior.

Autores e pensadores diversos influenciaram fortemente as teorias da mestiçagem com o viés racista europeu que chegou ao Brasil. Silvio Romero tratava da tese que o Brasil adviria da mestiçagem entre negros, indígenas e brancos, porém com a predominância ideológica e cultural destes últimos, por supostamente serem superiores, sendo necessária sua propagação para o desaparecimento de negros e índios. Já Nina Rodrigues afirmava que a mestiçagem com a população branca era essencial para que negros e indígenas vinhossem a evoluir culturalmente, além de trazer a concepção, em 1913, de que áreas as quais recebiam mais imigrantes europeus eram mais propícias ao progresso.

Ainda numa abordagem determinista, com relação às regiões do Brasil de predomínio mestiço, Euclides da Cunha trazia a concepção de que o mulato do Sertão do Norte seria superior por ser fruto da relação entre o branco e o indígena, e não com o negro. Entretanto, Alberto Torres falava que a formação de uma identidade nacional não conversava com a mestiçagem, mas ainda sim colocava o negro em uma situação selvagem. O racismo na fala de todos esses exemplos era extremamente presente, mas amenizado pela ideia da mestiçagem e da possibilidade de uma “salvação” dos negros e indígenas com a mistura com o branco.

A formação da identidade nacional passa pela mestiçagem de forma bem direta, portanto, assim como em toda a América Latina. Entretanto, o processo ocorre através da violência e do genocídio do branco contra o negro, como Munanga afirma em:

A ideia de uma nova etnia nacional traduz a de uma unidade que restou de um processo continuado e violento de unificação política por meio de supressão das identidades étnicas discrepantes e de opressão e repressão das tendências virtualmente separatistas, inclusive dos movimentos sociais que lutavam para edificar uma sociedade mais aberta e solidária. (MUNANGA, 2020. pag 100).

Essa junção política brasileira foi feita brutalmente e sem nenhum tipo de objetivo se não unificar por unificar o Brasil. Não houve, por momento algum, a criação específica de uma cultura identitária brasileira em sua exclusividade e sim relação conflituosa entre elas, isso quando a mesma não é negada. O processo de negação

da cultura, história e formação do negro no Brasil tira a sua identificação e o seu próprio reconhecimento enquanto sujeito, que tem direitos à acesso de políticas públicas que venham abarca-lo para ter uma condição de vida melhor.

A negação seria um elemento importante para o entendimento da identidade. Como afirma novamente Munanga:

O surgimento de uma etnia brasileira, capaz de envolver e acolher a gente variada que no País se juntou, passa tanto pela anulação das identificações étnicas de índios, africanos e europeus quanto pela indiferenciação entre as várias formas de mestiçagem. (MUNANGA, 2020. pag 100)

O Brasil teria sim a marca da miscigenação entre negros, brancos e indígenas na sua constituição identitária, porém com o este caráter anulatório às demais culturas exceto à europeia. Todo o processo acarretaria uma consequência bem nítida: o embranquecimento da população com o objetivo de tirar o passado do africano no Brasil.

O embranquecimento trouxe a constituição da população brasileira em múltiplas formas as quais variam de pontos como a cultura até os traços físicos. Em relação a estes últimos, o colorismo entra em cena e passam a surgir várias escalas diversas de mestiços com base na cor da pele e o quanto ela é clara ou não. Entretanto, essa classificação com base no grau do tão quanto o sujeito é retinto ou não se torna desnecessário e irreduzível e sim prejudicial para o mestiço ou até mesmo para o não mestiço (se é que ele exista); a branquitude vai continuar agindo e enfraquecendo o processo de identidade coletiva entre todos aqueles que não são brancos (MUNANGA, 2020).

Ambos sofrem com as forças opressivas do Estado de acordo com a ausência de políticas públicas, reforçando os ideais racistas existentes de 100 anos atrás. Tal afirmação pode ser vista ao observar a construção do criminoso no Brasil por meio da antropologia criminal, a qual serve como uma forma de instrumento de controle social da população negra em sua finalidade (NETO, 2017). O negro, seja ele retinto ou pardo, é reconhecido pela polícia, sempre, como o suspeito ou o criminoso em qualquer circunstância, reforçando assim o caráter predatório do branco ao não branco.

Essa perseguição tem nome e caracterização enquanto molde institucional do racismo na sociedade. A branquitude pode ser considerada como um pacto existente

para definir e decretar manutenção dos privilégios das populações brancas de acordo com cada época da sociedade em prol da exclusão dos negros (BENTO, 2022). Se é lida como um pacto narcísico entre os brancos para destruir todas as formas de propagação de expressões não brancas na sociedade, agindo como uma forma de ameaça exploratória.

A ausência de um discurso o qual incorpora o lugar do branco no Brasil resulta no poder da branquitude e no embranquecimento da população ao longo do século anterior (VAINER, 2012) e em todo o processo de colonização como base para distinguir os status de valor baseados na raça. O branco não é considerado como raça e nem como importante para a construção do racismo, muito pelo contrário. Sua existência é passada sem qualquer forma de responsabilização pelo período de escravidão no Brasil, apesar de todo o genocídio o qual existiu.

Em outras palavras, a branquitude se estabeleceu no Brasil através da escravidão por estimular o sistema escravocrata com base na diferenciação entre negros, indígenas e brancos, porém não estabelecendo nenhum tipo de relação com estes últimos quanto a todo o processo (BENTO, 2022). Tal ação foi totalmente influente para que existisse uma segregação, futuramente, entre negros e brancos a qual é uma projeção do racismo.

A branquitude foi formulada para se manter de acordo com o seu privilégio, indo em questões relacionadas à assistências políticas, mercado de trabalho e aquisição de patrimônio, por exemplo. A sua existência oriunda do período colonial, e sua centralidade comercial escravista, é essencial para entender, em sua gênese, as dinâmicas sociais do Brasil por toda a sua complexidade. A abrangência que o racismo atuou, em todo o território nacional, proporcionou resultados finais os quais foram permanentes contemporâneos.

Desde o início do período econômico colonial, com o açúcar e o café, a acumulação se dava eminentemente com a escravização e o tráfico de africanos ao país. Estas duas fontes davam, as classes dominantes brancas já consolidadas, um lucro exagerado que aumentava enfaticamente as desigualdades que já existiam em sua própria essência, além das ideias para eliminar a população negra. Dessa forma, se deu o início da mestiçagem não em sua naturalidade, mas sim como um instrumento das classes dominantes e do Estado para perpetuar os ideais racistas.

O capitalismo racial baseado em uma lógica de exploração do trabalho assalariado com lógicas de raça para a formação de um sistema também foi essencial

para o processo de embranquecimento. Em outros termos, o mercantilismo e entendimento do lugar do negro são pontos chaves e principais para análise.

Enfim, se entende que o colonialismo se instalou, como visto antes, através da formação de um sistema o qual tenha como base a mão de obra negra e uma elite branca que representa uma hegemonia de classe por cima desta primeira, com aspectos de desumanização e minimização. A forma como o negro foi colocado no início do que viria, um dia, a ser Brasil passa a refletir nas demais formas como o mesmo existiria futuramente no país. As bases formadas passaram a se reproduzir ao passar dos anos, atuando e mudando somente com as diferenças entre as maneiras de opressão que foram criadas ao longo do tempo.

Com a sua atuação hegemônica, a branquitude passou a desenvolver caminhos para ampliar seu poder de opressão. A escolha foi projetada institucionalmente, em foco, no seu grupo alvo principal: a população negra vinda de África para a colônia durante todo o período da escravidão. A execução de projetos sociais, estratégias e leis foram maneiras distintas mas que se complementam para ocasionar a execução da destruição da população negra no Brasil em questões físicas, sociais e psicológicas.

Esteretótipos racistas que iam desde de sua desumanização, como o atributo a trabalhos forçados comparados aos que animais faziam, até encarar a cor da pele como uma doença contagiosa a qual tinha que ser combatida foram atribuídas de maneira preconceituosa à população negra. As questões, que tinham como base em sua grande maioria a supremacia brancas, infelizmente deram certo e se perpetuaram através dos projetos que existiram, assim como já argumentado previamente aqui neste trabalho.

Dentre esses projetos, a mestiçagem passa a existir como uma das manifestações diversas de minimizar o negro em todos os aspectos possíveis. Apoiada, no Brasil, como uma forma de apagar a história do negro por meio das misturas das raças, a mestiçagem foi dada, em sua grande parte, para embranquecer a população brasileira. O genocídio do negro passa, diretamente, pela tentativa de embranquecimento que é apagamento das próprias carecterísticas físicas deste (NASCIMENTO, 2020).

Das diversas vertentes racistas, que vão desde do adoecimento da raça até o seu fortalecimento - ambas as teses considerando a mestiçagem - o fato é que o Brasil se tornou, por meio destes projetos, um país mestiço. O pardo, vulgarmente e

popularmente conhecido por ser uma pessoa negra com a pele mais clara, é a maioria em da população brasileira autodeclarada (BRASIL, 2010), a que mais sofre com a ausência de assistências políticas/sociais por parte do Estado (MUNANGA, 2022) e também a que mais é encarcerada sob mera suspeita criminal (NETO, 2017). Sobre essas condições, não é incorreto falar que o pardo também é abrangido pelo negro no Brasil, variando, claro, em cada contexto.

Mesmo havendo a falta de uma discussão educacional sobre autodeclaração, identidade e até sobre o próprio processo de mestiçagem, o processo histórico territorial e a estatística trazem os impactos do processo de embranquecimento na população brasileira. A identificação do brasileiro pode ser considerada o resultado final do processo de mestiçagem, mas não de maneira romantizada ou muito menos natural, como a branquitude em sua essência costuma colocar.

### **2.3 Preconceito e discriminação racial**

Na formação da sociedade brasileira, é possível observar diferenças nas relações destes sujeitos os quais a integram em relação à raça, como já abordado anteriormente. Com o autoposicionamento do branco como o padrão a ser seguido em aspectos relacionados à caracterização física, modo de vida e práticas culturais, o negro ficou fora da curva e longe deste padrão (BENTO, 2022). A imposição desse padrão resulta, diretamente, em ações por parte da população branca de dominação contra a população negra em todo território, gerando relações de poder as quais vão de acordo com a dimensão estrutural do racismo.

A curva definida por este padrão não se encontra apenas nos pontos relacionais entre negros e brancos. Como já visto anteriormente, a formulação de um sistema o qual trazia a ideia de que aqueles vindo de África eram vistos sob uma ótica desumanizadora, comparando o negro a seres primitivos, como uma forma de mão de obra no trabalho forçado trouxe uma perspectiva dupla. Além de não ser gente pela sua origem, o negro era minimizado, também, por ser classe trabalhadora e por originar esta no Brasil.

Com a breve contextualização sobre a relação do negro com o branco no Brasil, passando pela escravização ao ódio institucional contra este provocado pela branquitude, é possível falar de preconceito e discriminação racial. Apesar de confundirem, são termos que têm significados distintos e aplicações jurídicas diferentes no próprio crime de racismo enquadrado pela lei. A definição destes se dá

por finalidades não somente de reconhecer o crime mas também de saber diferenciar quanto as suas morfologias, estruturas e instituições, já que apesar de se cruzarem entre si, as duas terminologias têm sentidos diferentes.

Como início de debate, tanto o preconceito quanto a discriminação são formas de ódio, nesse caso, contra a população negra (ALMEIDA, 2020). Este ódio é empregado, como já afirmado, pela população branca que representa em sua parte a branquitude, de forma voluntária ou não. Esse ódio vem, de sua essência, da formulação sociológica do Brasil e das relações entre estes dois grupo, como também já afirmado.

Segundo Silvio de Almeida, o preconceito pode ser definido, antes de tudo, como um processo (ALMEIDA, 2020). Este processo se baseia em destinar estereótipos acerca de sujeitos os quais pertencem a um determinado grupo, no caso aqui a minorias negras vindas do processo de escravização. A ideia de conceber, previamente, noções errôneas e preconceituosas sem conhecer grupos específicos caracteriza o preconceito como tal.

A ação, sendo como um processo breve, traz o preconceito como uma característica específica de percepção. Em outras palavras, o ato de ser preconceituoso se refere a uma noção rápida, quando se observa, sem nenhum tipo de análise, algum grupo específico e se traz uma visão com base nessa observação rápida e sem algum tipo de extensividade. Se é feita a atribuição de valores prévios, com base nos estereótipos frutos do racismo colonial brasileiro, de uma forma a qual estes mesmos são repassados gerando continuidades para repassar o racismo na sociedade.

A própria etimologia da palavra traz em si sua profundidade quanto ao impacto em grupos. Ao dividir gramaticalmente a palavra, se apresenta o prefixo “pré” e o sufixo “conceito”. De acordo com o dicionário, o prefixo neste caso fala de acordo com a ideia de anterioridade e/ou antecipação; já o sufixo conceito tem o significado de ideia, percepção ou noção no âmbito moral da palavra, logo se apresentando quanto a valores individuais e coletivos.

Dessa maneira, o preconceito fica mais nítido do que aparenta ser. A visão preconceituosa é facilmente encaixada quando se observam comentários como os de negros serem naturalmente preguiçosos, com aparências físicas primitivas ou menos capacitados para exercerem cargos de trabalho, por exemplo. A branquitude, em sua ação, ajuda a proliferar essas ações para definir meios os quais se mantenha no seu

status, tornando o preconceito uma ação que adquire força coletivamente apesar de também poder ser individual em sua concepção.

Já a discriminação passa por outros espectros diferentes. Do outro lado da moeda do preconceito, ou até mesmo em uma possível continuação, a discriminação é o tratamento diferenciado a membros de grupos que já foram identificados (ALMEIDA, 2020). Ou seja, não se tem uma pré-leitura ou uma ideia prévia acerca do grupo: já existe um conhecimento mínimo e são tiradas conclusões racistas que moldam uma opinião, tratamento ou outros demais resultados finais frutos, enfim, do racismo.

Ainda segundo o autor, a discriminação pode ser de duas formas: direta ou indireta. A discriminação direta seria o desprezo em ações políticas, com a justificativa formal da raça, a indivíduos e grupos, em meios racistas de convivência pública. O apartheid na África do Sul e a segregação de bairros nos Estados Unidos seriam exemplos contra a população negra, da mesma forma que o nazismo alemão e a proibição da entrada de mulçumanos e árabes em países ocidentais seriam com demais grupos também racializados.

De forma diferente, discriminação indireta passa pela ausência da intenção de forma explícita de discriminar alguém. Nesse conceito, ações feitas com base em outros parâmetros diversos sem a consideração das desigualdades sociais no geral são feitas e atingem o racismo como consequência final. Não seria uma forma mais sucinta ou escondida do racismo, até porque o racismo traz malefícios em suas diversas escalas, mas sim de ignorar a raça como um parâmetro importante e terminar por atingi-la.

A discriminação leva as desigualdades proporcionadas pelo racismo de uma forma a qual o torne, considerando todas as suas características brasileiras, estrutural na medida de que se passem os anos. O conjunto de atos existentes devido a discriminação resultando nas condições impostas ao povo negro no Brasil, transparecendo em questões políticas, sociais e econômicas, como uma forma de estruturação do racismo. Políticas de Estado que façam com que não existam escolas, postos de saúde e linhas de transporte - entendidos como elementos básicos - em bairros com a maioria negra são frutos da discriminação, especificamente em seu caráter indireto, estando quanto a sua caracterização estrutural.

Ações como esta trazem resultados que podem ir a meios maiores e mais intensos. A formulação de um Estado, em sua legislatividade e essência à direita,

segregador pode ocorrer com a permanência da discriminação individual através da chegada de sujeitos os quais preguem, em sua ideologia, tais ações. A transformação da intensidade e a forma como o racismo atua varia de acordo com o tempo, sendo influenciado por forças políticas as quais atuam sobre o território com destaque para a branquitude e seus mecanismos de estratégia.

Este capítulo tentou, em linhas gerais, abordar a construção do racismo e como este atua na sociedade brasileira, partindo de sua origem até os dias atuais. Foi entendido o racismo como uma relação intrínseca com o capitalismo, com a existência de um relacionado diretamente a outro, e gerando, por quem promove o racismo, estratégias para este mesmo se manter enquanto molde social, como o processo de branqueamento através da mestiçagem ocorrido em larga escala no território nacional. As formas como o racismo atuou e vem atuando não se divergem muito desde o período da colonização, só mudam quanto a sua estratégia e formas tecnológicas do sistema.

A atuação do Estado se encontra, sempre, relacionada na propagação do racismo, seja nos discursos de branqueamento, em políticas públicas e na própria legislação. Por mais se que acredite que este pode atuar enquanto entidade de contenção das desigualdades (ALMEIDA, 2020), o que foi visto e analisado, tanto em dados quanto em perspectivas sociológicas, é a presença deste como principal responsável pela propagação do racismo ao longo dos séculos. Tal estrutura é promovida, como é possível perceber por diversas vezes, de uma forma para manter a classe dominante branca e burguesa, no sentido mais estrito da palavra, no poder, atuando com princípios para que esta prática não mude por si só.

### **3 O negro no Recife e suas trajetórias migrantes: dos Mocambos aos morros de Casa Amarela**

No Recife, assim como em outras cidades do Brasil, a escravidão foi muito marcante na formulação da cidade. Pontos que vão desde o nome de ruas e monumentos até a segregação racial dos bairros são percebidos com clareza na sociedade do açúcar recifense. Entretanto, como se deu o passado e a relação com a formulação da cidade residencial de pessoas negras é um ponto negado e pouco falado seja na comunidade escolar, na mídia ou na própria academia, carecendo de trabalhos acadêmicos da área.

A chegada forçada do negro na cidade é dada por meio dos portos, através do sistema transatlântico da escravidão após o ano de 1535. Pela situação a qual foi colocada, sua habitação era presente à convivência em senzalas e quilombos como forma de resistência em todo o Pernambuco. Talvez, pelas tentativas de animalização promovidas pelas oligarquias açucareiras, a qual empregava somente funções de trabalho.

Bairros como Engenho do Meio, Casa Forte e Madalena são marcados, em seu próprio nome e até mesmo arquitetura, por terem sido Engenhos de Açúcar em meio a cidade. O negro, no momento escravista, habitava estes bairros. O contato com o porto também se mantinha forte, já que o africano chegava ao Brasil por meio deste e quando exercia funções fora do triângulo Casa Grande-Senzala-Igreja era exatamente no centro, ao lado do Porto.

Das atividades braçais e comerciais na cidade do Recife até o século 19, pode-se dizer que todas advêm do escravo. O impulso econômico de crescimento do estado de Pernambuco durante os séculos 17, 18 e 19, relacionou-se tanto a cana de açúcar quanto a serviços de exportação e comércio (SILVA, 2017) e teve influência total do trabalho do negro, mesmo sem este ser reconhecido na época e nos dias de hoje. A transformação de Recife na capital do Nordeste também passa pelo contexto da escravização, seja em sua estrutura urbana propriamente dita ou em aspectos econômicos, como comentado acima.

Já previamente à abolição da escravidão, as habitações dos africanos, que passavam a condição de ex-escravizados, passavam a mudar drasticamente. Adaptadas ao calor recifense e também a custos de produção da casa mais baratos, a construção originou, na cidade do Recife, os mocambos, local onde passaram a morar, em sua grande maioria, a população negra a qual saiu da condição de escravo (ANDRADE, 2019).

Os mocambos são habitações cuja a origem do nome vem da língua quimbundo, a qual significa “barraco rústico” (FISCHER, 2020). Normalmente feita de barro, madeira

e palha - mais tarde substituída por latas - o mocambo não era uma memória africana do jeito de viver, como os defensores do racismo científico argumentavam, já que em África havia outro modo de vida de outra forma de reprodução social.

Surgindo das águas lamacentas, os mocambos chegaram a concentrar metade da população do Recife ao passar de sua existência. Seu berço era encontrado nos bairros de Afogados, Pina e Santo Amaro, todas áreas costeiras de rios ou do próprio mar, habitados por operários, desempregados e/ou pessoas que vinham do Sertão fugindo da fome (FISCHER, 2020). Nos mocambos, era possível encontrar, pescar e coletar frutos do mar como caranguejos, mariscos e ostras em meio a lama e águas doces e salgadas, não dependendo exclusivamente de mercados alimentícios, os quais necessitavam de dinheiro para comer.

O mocambo passa a ser, ao longo do tempo, uma forma de resistência da população negra e pobre do Recife. Se iniciando como uma forma de habitação, mais a frente vira uma forma de símbolo da negritude em si, a qual se espalha ao longo de parte das zonas costeiras da cidade, sendo, claramente, uma forma de caracterização única quando comparada a outras cidades do Nordeste e Brasil. Não à toa, é possível observar a incorporação da mucambópolis no pensamento de autores como Gilberto Freyre e Josué de Castro ao tentar dialogar, sociologicamente, embora de forma bastante diferentes e até mesmo opostas em alguma medida, com a constituição da cidade do Recife.

Entretanto, a resistência negra através do mocambo passa a incomodar e a mobilizar intervenções diretas em resposta a esse incômodo. A visão racista de médicos, engenheiros e pessoas da classe política era disfarçada na justificativa de doenças que acometiam os pobres e afrodescendentes para erradicar os mocambos (FISCHER, 2020). O medo da higiene era supostamente levantado para que houvesse a destruição dos mocambos, juntando, por parte da parcela da população letrada e influente em decisões políticas, o determinismo geográfico e o preconceito racial.

A partir desta justificativa, se iniciaram pensamentos acerca de uma reforma sanitária supostamente para melhorar a vida da população residente nos mocambos, porém sob muito racismo. Ainda segundo Fischer (2020): “As condições precárias dos mocambos precisavam ser eliminadas, não apenas para prevenir doenças fatais, mas para promover o ‘melhoramento da raça’”. A afirmação casa com as teorias racistas as quais circundavam o Brasil no início do Século XIV, indo a questões tanto de integridade racial e da própria arianização da população brasileira.

Assim, em uma ótica racista do Estado, os mocambos e os mocambeiros passaram a ser visto com maus olhos em todo o Brasil. Houveram, ainda, tentativas de defesas dos mocambos por parte de movimentos regionalistas com a justificativa de que a arquitetura

dos barracos de palha é mais adaptadas às condições climáticas do Brasil quando comparadas à arquitetura europeia.

Sob ópticas racistas, movimentos regionalistas argumentavam que a arquitetura dos mocambos estava para arquitetura na mesma proporção que o samba estava para a cultura. Gilberto Freyre, em sua visão da estrutura do Nordeste, foi um grande defensor dos mocambos enquanto formas de habitação.

Em contrapartida, movimentos sociais atuantes para lutas de conscientização da classe trabalhadora acerca de questões de raça e classe tinham outras visões menos estereotipadas e preconceituosas do que os intelectuais da elite pernambucana. A partir do primeiro governo de Getúlio Vargas, há o surgimento de organizações e partidos de esquerda com um viés comunista, criando, especificamente no Recife, a vinculação da causa do mocambo como uma questão social a ser debatida. Acreditava-se na consciência de classe para entender a origem do mocambo, entendendo a escravidão também como um aspecto influente para a formação deste.

Organizações partidárias e movimentos da classe operária passam, após tal movimento de luta, a integrar na luta pelos mocambos. A sua população, idealizada e estereotipada pelos movimentos regionalistas burgueses, necessitavam de apoios para que houvesse o mínimo de condições de vida adequadas. Como Fischer (2020) ainda fala, os mocambos:

...não são um paraíso pastoral – sofrem com enchentes, doenças e falta de higiene. Os moradores acabam indo parar ali porque são vítimas de estruturas sociais injustas. Expulsos do sertão pela seca e dos canaviais pela exploração brutal dos senhores, desembarcam no Recife e são obrigados a aguentar as condições do mocambo por causa dos baixos salários e de exploradores que alegam posse da terra. Porém, os mocambos também são lugares necessários, onde os moradores podem viver com dignidade apesar de suas privações, abrindo caminho feito “bandeirantes” na luta pela a solidariedade de classe e a emancipação urbana (FISCHER, 2020. pag 25).

O mocambo passava a ser um ponto de encontro para a formação de uma identidade específica: o mocambeiro. Além de ter o seu passado relacionado com a escravidão e, agora, a mestiçagem, o sujeito que morava no mocambo era aquele que tinha questões de classe e urgências sociais como saúde e fome bem nítidas em sua luta. A própria forma de organização do mocambo já revelava a luta, como fala mais uma vez Fischer (2020):

Os assentamentos não podiam mais ser descritos apenas como lugares “africanos” exóticos ou atrasados, ou como redutos de doença e fome esperando por uma salvação que viria da tecnocracia. Não eram simplesmente emblemas de uma identidade brasileira mestiça. Os mocambos eram lugares onde identidades de classe podiam se formar e demandas políticas emergiam em termos universais

por soluções quanto a injustiças estruturais e conduta ilegal. Na esteira do levante fracassado de 1935, havia pouca chance de que os mocambos explodissem em fervor revolucionário. No entanto, a sensação era, e não apenas no Recife, de que aqueles assentamentos podiam ser politicamente significativos, e de que as demandas de seus moradores precisavam ser tratadas conforme eles mesmos as propunham (FISCHER, 2020. pag 26)

A construção da marginalização do mocambeiro, ex-escravizado e mestiço, ocorreu a partir do século XX e especificamente na década de 30. A falta de oportunidade no mercado de trabalho, salários baixos e a exploração dos donos dos mocambos se davam para a construção do negro marginalizado - aquele que está fora do centro da própria cidade, longe da elite em sua essência e contemporaneidade mas que serve à ela enquanto classe inferior à mesma. O negro fica com esse status para a sua marginalização social, localizado hoje na favela ou não, se fundamentado no racismo impostos pela elite recifense ao passar dos anos.

Através dessa luta, o mocambeiro passou a ser perseguido pelas elites pernambucanas em seu discurso moral e, mais a frente, político com o processo de ações diretas contra o mocambo e contra aqueles que lá moravam. Se discutia, além dos moradores, uma questão higienista de que o mocambo era um local sujo e que propaga doenças, sendo um mal à sociedade como um todo. O racismo passava a vir disfarçado como uma forma de estratégia da branquitude de eliminação e genocídio do negro (NASCIMENTO, 2016) - agora também mocambeiro - no Recife.

Entre 1939 e 1945, no governo do interventor Agamenon Magalhães, ocorreram diversas ações políticas com o objetivo de acabar de vez com o mocambo. Artigos variados em decretos foram publicados para determinar e institucionalizar a luta contra o mocambo, além de leis criadas exclusivamente para tal finalidade. Uma das diversas ações políticas é o DL Estadual nº1118, datado do ano de 16 de fevereiro de 1945, o qual determina a criação de uma autarquia administrativa de serviço social contra o mocambo, remanescendo funcionários da então extinta Diretoria de Reeducação e Assistência Social (BRASIL, 1945).

O objetivo da autarquia era exatamente remover a população dos mocambos, mas sem nenhum tipo de direcionamento locacional, apesar de ser uma rede de assistência social. Ainda segundo Fischer (2020), foram destruídas 12.400 habitações de mocambeiros entre os anos de 1939 e 1945, com números incalculáveis de famílias habitantes por domicílio. Entretanto, sem nenhum tipo de intervenção da autarquia administrativa de serviço social contra o mocambo, os moradores migraram internamente pela cidade, em específico para três pontos diferente: zonas rurais, vilas operárias e de cozinheiros e os morros de Casa Amarela localizados ao norte do Recife.

Os mocambos passam por um processo de marginalização ainda mais severo com o passar do tempo, originando favelas e outros tipos de habitações à beira dos rios. A ação do governo para eliminar os mocambos também foi efetiva, ao ponto de acabar com todas que apresentavam as características arquitetônicas com palhas, papelões e pedaços de metal enrustidos. Para o Estado, os problemas sociais presentes em todo o Recife já não existiam mais, pois, em um próprio recenseamento, a raiz se encontrava na mera existência do mocambo e não em seu processo de formação perante aos problemas causados pelo sistema.

Com a migração, partes até então pouco habitadas no território recifense passaram a receber um fluxo populacional que originou novas relações na cidade. O processo de urbanização chega em áreas, até então pouco habitadas, para estabelecer um crescimento do Recife, porém de uma maneira não regular quanto a moradia, uso do solo e condições de instabilidades financeiras. Ou seja, o pouco espaço com boas condições, em meio à um crescimento populacional pela migração interna (vinda dos mocambos) e externa (vindo da seca e do desligamento de usinas de açúcar) começa a virar uma questão existente na cidade, ocasionando o início do problema habitacional até os dias atuais.

Em meio a situação, encontra-se Casa Amarela e seus extensos morros marcantes na paisagem da zona norte. Com terras que abrangiam os terrenos do antigo Engenho São Pantaleão do Monteiro, a sua ocupação se iniciou na década de 40 após a retirada dos mocambos (ROCHA, 2020). O bairro, com uma extensão bem maior, passa a ter o seu processo de ocupação do solo.

Entretanto, tal migração das áreas de mocambos para áreas de morro em Casa Amarela passa a ter o pagamento de aluguel de foro ao Estado sem nenhuma justificativa (SOUSA, 2005). Houve uma luta contra a especulação e exploração por parte do Estado de terras urbanas quanto à sua “qualidade” (as terras dos ex-mocambeiros eram alugáveis ou insalubres) e ao preço cobrado nos alugueis, que era elevado. A partir daí, se inicia o movimento de luta nas “Terras de Ninguém”, em busca de condições melhores de moradia a custos baixos.

Segundo Rocha (2020), o Estado vendia a ideia de que as terras eram da Imobiliária Pernambucana, e não abandonadas após o fechamento do Engenho abrangente da área. A Igreja junto ao Partido Comunista reivindicou os direitos sociais com a conscientização através de denúncias nas em jornais e distribuição de folhetos para criar uma resistência contra o pagamento absurdo do aluguel, com conquistas avançando ao passar do tempo.

Direitos básicos como escolas, iluminação nas ruas, saneamento básico, calçamento e circulação de transportes coletivos foram iniciadas, já que havia uma

negligência a estes serviços. Depois, em 1980, se deu o direito à posse de terras aos moradores. Ao total foram apropriados 20.000 lotes para 15.000 famílias em uma área de 350ha (3,5 quilômetros quadrados) de extensão. Ainda segundo o autor, as casas foram passíveis de programas de COHAB para serem cedidas posteriormente aos moradores.

Com a sua origem totalmente relacionada ao mocambo, Casa Amarela surge como um território do ex-mocambeiro deslocado da sua origem. Por ser fruto da população que agora é situada como ex-moradora do mocambo, o qual tem um pé muito firme na escravidão, o bairro pode ser considerado um território negro em sua grande parcela seja em sua identidade ou seja em sua auto afirmação em quanto tal.

Para Nogueira (2018), o território negro vai de acordo com a territorialidade da população dentro da tríade de poder, espaço e delimitação. A auto identificação gerada pela territorialidade é concordante com o processo de formação territorial - aqui no caso de construção urbana - através de sua história dentro do contexto espacial por meio de lutas e conflitos que remetem, sempre, ao poder provocado. O bairro de Casa Amarela se contextualiza no conceito exatamente por ter, em sua história, o processo de construção espacial marcado por migrações de população vindas da escravidão e uma formação territorial baseada em lutas para um baixo aluguel o qual era destinado, ao fim, para o Estado.

Todas estas características provocam, no processo de formação contínuo, uma segregação urbana interna e externa ao distanciar classes sociais com maior acesso a renda das demais classes, considerando a interligação racial entre estas (Ratts e Ferreira, 2018). Com a diluição de Casa Amarela ao passar da segunda metade do século XX, as segregações raciais ficam mais nítidas e presentes não só nas partes que eram os bairros, mas em todo o Recife. A reprodução do racismo é dada pela visibilização errônea e permanente da classe burguesa colonial ao passar dos anos, que atinge a cidade desde sua gênese, mas somente agora se expande em quilometragens.

#### 4 A Avenida Norte Miguel Arraes

##### 4.1 Produção do espaço urbano e contextualização histórica

As cidades carregam inúmeras complexidades que podem ser analisadas por diversas perspectivas diferentes, mas cujo processo de produção não deixa necessariamente de passar pela reprodução das relações sociais de produção e, sendo assim, pela reprodução de relações de trabalho mediadas pelo capital enquanto relação social. A dialética dessa reprodução é fundamental para compreender a urbanização, sobretudo no contexto histórico da formação e desenvolvimento do capitalismo, em que o urbano se encontra inserido ou é um momento do processo de industrialização, seja por produzir a infraestrutura necessária para o desenvolvimento da mesma, na forma de capital fixo, seja em virtude do próprio setor da construção civil ser uma indústria, ou seja, por ser a urbanização mesmo parte da industrialização.

Entretanto, a dialética das relações de trabalho não se restringem somente ou exclusivamente ao trabalho industrial: todo e qualquer trabalho mediado pelas relações capitalistas se estabelece mediante uma forma de dominação abstrata e inclui exploração, seja direta, exija ela uma leitura multiescalar.

Indo em específico ao carácter urbano e a sua produção espacial, sob uma ótica crítica, nota-se maiores andamentos acerca da dialética existente na relação. De acordo com Damiani (2009), a Produção do espaço urbano se passa pelo pensamento crítico da cidade quanto aos seus negócios mercantis e/ou financeiros que originam a urbanização. Logo, este contexto espacial é marcado pelos diversos tentáculos interrelacionados para a propagação e disseminação capital no Espaço, considerando esta categoria como ponto de análise principal na presente pesquisa e também da própria geografia crítica como corrente de pensamento.

Ainda de acordo com Damiani, a cidade nega o ser humano e cria espaços de desumanização para existirem exclusivamente negócios de acordo com a demanda do capital - que será sempre constante e máxima. Tornada um sujeito social que estabelece estratégias e competições através de modos diferentes que objetivam garantir o seu local hierarquicamente, usa-se a força de trabalho, sendo este formal ou informal, como chão para a execução destas estratégias. Assim, com a construção da lógica do trabalho para a produção e reprodução do espaço urbano, a cidade se estabelece pela crise do capital ou a crise do trabalho, a qual origina processos como o desemprego em massa, as desigualdades e as segregações socioespaciais, como afirma a autora:

Sobretudo nas metrópoles, mas não só nelas: as pessoas estão perdendo tudo - o emprego, especialmente o industrial; o espaço de moradia, são itinerantes dentro da cidade; a vida, com a violência - e estão inseridas perversamente com o mundo do espetáculo, que lhes retira a identidade. (DAMIANI, 2009. pag 316)

Os fetiches da mercadoria e do dinheiro são relevantes para a existência do espaço urbano, como já foi deixado claro, pela necessidade de apresentar sempre a sua expansão competitiva. A cidade é o máximo a se chegar, o super objeto, que tem como maneira de alcance máximo de mercadorias e de controle social o dinheiro e suas implicações causadas pelo seu modelo de existência.

Em meio a toda a questão que é a cidade, se encontram estruturas urbana bem definidas porém não relacionadas a formas e moldes definidos que pré determinam as ações dos sujeitos quanto aos seus papéis. Ainda de acordo com Damiani, existem temporalidades importantes a se considerar na produção do espaço, especialmente na produção do espaço urbano: há períodos de metamorfose das formas de reprodução do capital. Assim, é deveras importante observar como o capital se manifesta na cidade quanto aos elementos expressos, ressaltando o fundamento mercantil da produção do espaço e não meramente morfológico.

Segundo Damiani (2009), estas formas expostas são

elementos materiais envolvidos nesta produção – edifícios (para todas as formas de usos: comercial, serviços, industrial, doméstico...), pontes, viadutos, produção dos subterrâneos adequados, estradas, sistema viário de modo geral, canalizações – constituem formas autônomas do capital ou condição tecnológica para o efetuar-se do processo produtivo imediato (os lugares em que ocorre a produção, a distribuição, a comercialização...). Esses elementos materiais se realizam, enquanto determinação formal do capital, como capital fixo, cuja realização do valor, e do mais-valor envolvidos, aparece sob formas financeiras cada vez mais internacionalizadas, abstratas – envolvendo títulos, endividamentos, consórcio entre o Estado e empresas, ações, rendimentos balizados por juros, de remuneração mundial –, para assegurar um retorno paulatino do valor adiantado – dada a natureza desses elementos. (DAMIANI, 2009. pag 327)

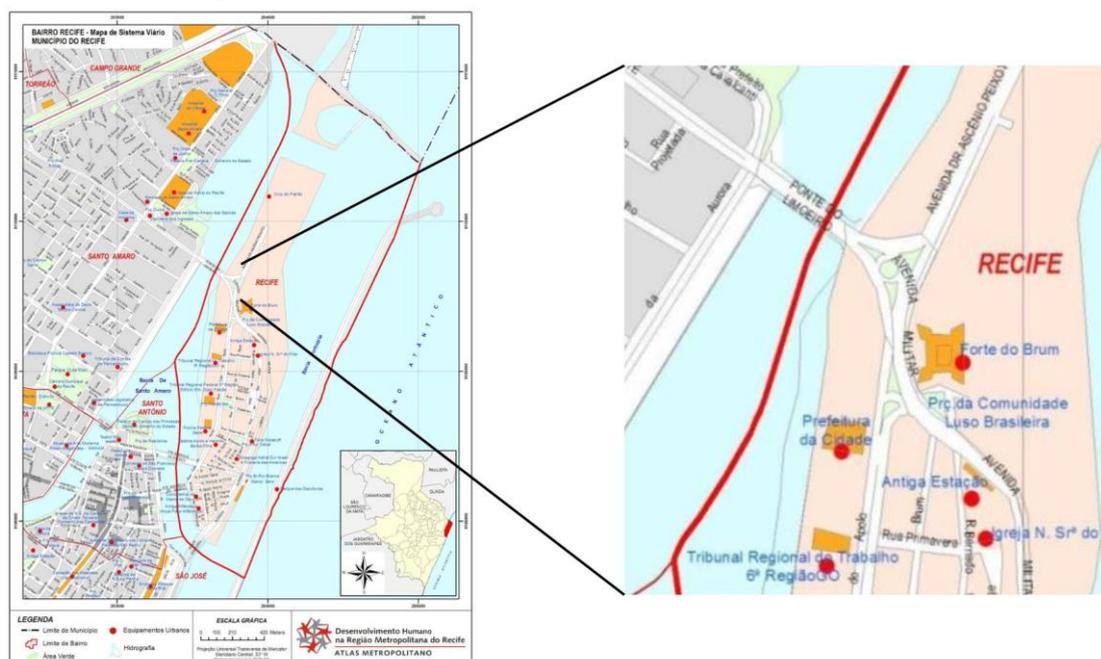
Ou seja, toda a dinâmica do capital é dada para que haja sua perpetuação sendo a cidade um sujeito atuante em todo esse processo. Sua continuidade é dada pelas temporalidades as quais existem no espaço, com mudanças constantes sobre este que agem inerentemente a sua existência. Obviamente, levam-se em consideração os contextos históricos pré-existentes e as dialéticas as quais passaram a existir ao longo do tempo e da história - ponto essencial para a produção espacial.

A dialetização da urbanização passa a ser entendida enquanto ponto crucial para a compreensão dos contextos urbanos, já que a noção desta não pode ser com base em elementos fixos os quais se fixaram e dão a cara para o urbano contemporâneo de uma determinada realidade. As realidades espaciais sempre vão apresentar características quanto às contradições, porém podem estar escondidas para observação em meios aos



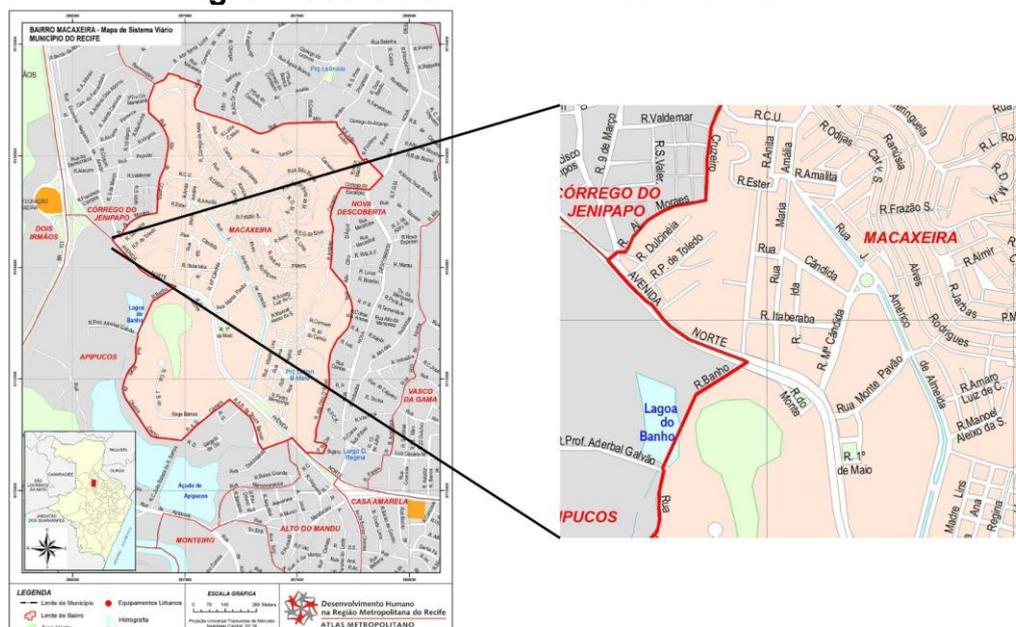
Espinheiro, Macaxeira, Mangabeira, Córrego do Jenipapo, Morro da Conceição, Rosarinho, Santo Amaro, Torreão, Apipucos, Vasco da Gama, Tamarineira, Alto do Mandu e Casa Amarela. Mesmo com toda a extensão territorial, são abrangidas somente duas RPA, que são as 1 e a 3.

**Figura 2: Fronteira de início da Avenida Norte**



Fonte: Prefeitura do Recife

**Figura 3: Fronteira de fim da Avenida Norte**



Fonte: Prefeitura do Recife

Enquanto avenida, pode-se considerá-la como um corredor de ligação entre os seus polos extremos, indo do centro da cidade do Recife, que é próximo ao litoral, até as imediações da BR 101. É possível atravessar o Recife no sentido Leste-Oeste pela Avenida Norte, principalmente por partes historicamente mais antigas da cidade e que já apresentavam uma importância para a circulação do capital, desde o período colonial.

Além disso, a avenida é uma das principais vias de acesso à Zona Norte da cidade para a maioria dos bairros.

Entretanto, antes de se encontrar no contexto atual, a avenida tem um passado histórico importante a ser considerado e detalhado. Antigamente, com o menor fluxo de transportes a rodas como carros e ônibus, hoje maioria, a avenida tinha como meio de ligação principal os trilhos de trem. Porém, vale ressaltar que mesmo com esta forma de transporte já existia uma importância considerável para a cidade do Recife, o estado de Pernambuco e todo o Nordeste.

Não sendo Avenida Norte até o momento, os trilhos tinham o nome de “Estrada do Limoeiro” (FIGURA) que foram construídos pela empresa ferroviária *Great Western of Brazil Railway* (NOBREGA, 2013). Inaugurada no ano de 1882, o seu ponto de partida já era a ponte do Limoeiro, no bairro do Recife, porém a estrada se estendia até a cidade de Limoeiro no agreste pernambucano existindo uma diminuição do seu trajeto para a transformação na Avenida Norte.

**Figura 4: Reminiscências de trilhos na Avenida Norte em 1956**

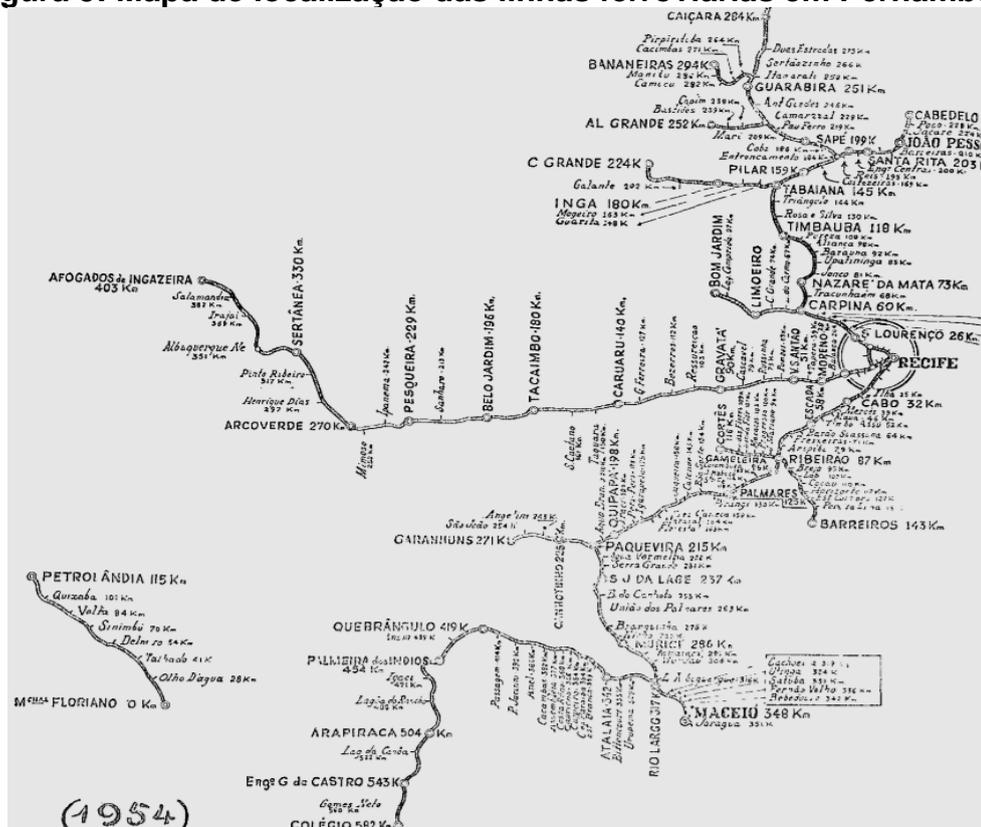


Fonte: Internet

Os trilhos dos trens já atuavam como redes de conexões entre diferentes Espaços geográficos com a finalidade do desenvolvimento de expansão do capital. Neste caso, em específico, os trilhos conectavam cidades do Nordeste entre si e com uma das principais maneiras de exportação de mercadorias para o exterior da região: O Porto do Recife em sua localização central (SILVA, 2017). Um dos principais caminhos no sentido vindo do

Norte da região ao Recife são exatamente os trilhos da Estrada do Limoeiro, como demonstrado no mapa abaixo.

**Figura 5: Mapa de localização das linhas ferroviárias em Pernambuco**



IBGE / CNG, Rio de Janeiro, 1954 apresentação: Flavio R. Cavalcanti

Assim, como já abordado anteriormente, a via de conexão já apresentava muita importância não somente na cidade em seu processo de produção capitalista do espaço, mas como produto deveras importante no Nordeste. Com a instalação da fábrica de tecidos da Macaxeira, sob a propriedade de Othon Bezerra de Melo, e as eventuais Vilas Operárias ao redor da fábrica nos anos de 1920 (SANTOS, 2017), a então Estrada do Limoeiro passa a ter um crescimento populacional antes não visto. Este mesmo crescimento se torna ainda maior com as migrações das populações dos mocambos para as áreas de morro no início dos anos de 1940 (FISCHER, 2020).

O crescimento e demandas por aumento quanto à sua largura trazem a necessidade de reformas na Estrada fazendo com que na década de 40 se iniciem uma série de revitalizações. Dentre estas, ocorre a retirada dos trilhos a partir do ano de 1952 para dar espaço ao asfalto e à circulação de carros e ônibus. A partir deste momento, passam a existir a constituição da paisagem urbana da Avenida Norte atual com mudanças variantes ao longo do tempo de cidade.

Elementos como verticalizações e comércios vão aparecer para compor a via e tomar cada vez mais seu espaço com a expansão da avenida ao longo dos anos. Estes dois obedecem a espacialidades e territórios bem definidos possíveis de serem

observados ao longo do trajeto, principalmente em relação aos comércios. Há, em toda a avenida, a abundância de lojas de reparo automobilístico (Figura 6) em específico nos dois sentidos existentes na via; o mesmo ocorre no bairro de Casa Amarela, porém com lojas de bicicletas.

Estas atividades se concentram em toda a avenida sem um grau de especificidade de área ou bairro. Porém, se destaca que lojas de carro são encontradas somente em alguns bairros específicos como nos Aflitos, Rosarinho e Espinheiro (Figura 7). Quando entrevistados funcionários dessas lojas, tanto de reparo como de venda de veículos, afirma-se que a predominância dos serviços deste tipo na área se dá pela demanda e a centralização da avenida de uma forma que sejam recebidos fluxos contínuos as atividades comerciais.

**Figura 6: Lojas de reparo automobilístico na Avenida Norte**



Fonte: o autor

**Figura 7: Loja de Carros na Avenida Norte**

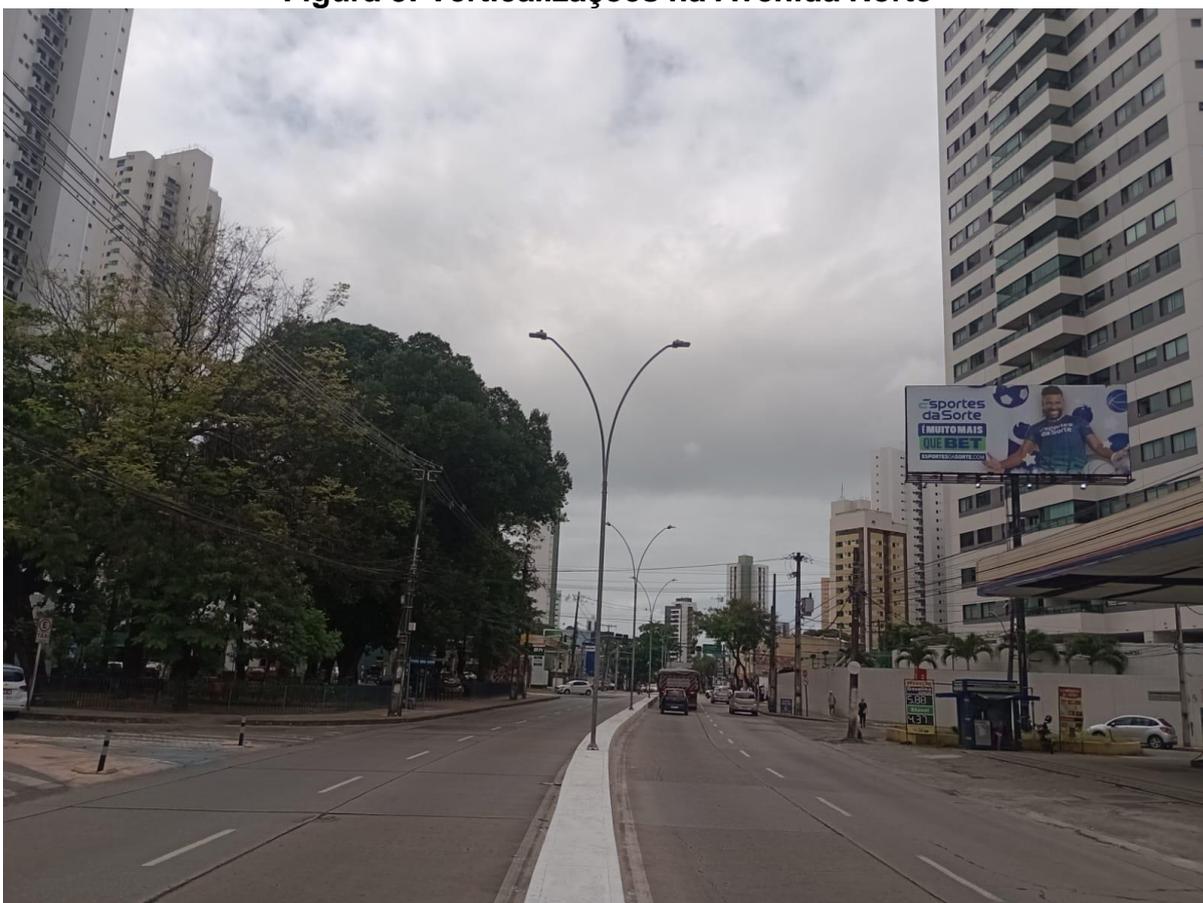
Fonte: o autor

No entanto, grande parte da avenida é ocupada por comércios e serviços como restaurantes, supermercados, hospitais, postos de gasolina, igrejas e escolas, porém que não constituindo polos aglomerados. Este último serviço ainda apresenta uma sequência de quatro logradouros no bairro da Macaxeira, porém sem a ideia de reprodução do capital por se tratar de instituições públicas (duas creches municipais e duas EREM). Ainda dentre os serviços, a grande maioria de reparos ou de pronto-atendimento, revelando mais um caráter da via e a necessidade de haverem serviços rápidos e eficazes.

Existem casas na avenida, porém muito escondidas. A grande maioria se situa em ruas próximas ou em imediações, mas que recebem todos os reflexos da avenida quanto a barulhos, cheiros e impactos visuais provocados pelo fluxo de carros e pessoas que a habitam no dia-a-dia.

De acordo com Nóbrega (2013), haviam 15 verticalizações na avenida por um todo; hoje em dia, após pesquisa em campo, se conferiu que este número foi para 19 em um intervalo de 10 anos. A grande maioria destas verticalizações se aglomeram nos bairros do Espinheiro e Rosarinho no perímetro da Avenida (Figura 8) e se adentram ao longo de suas vertentes desta.

**Figura 8: Verticalizações na Avenida Norte**



Fonte: o autor

O nome da Avenida, como é possível perceber, se modifica ao longo do tempo principalmente pela importância que esta vai havendo de acordo para a cidade. Durante o período relacionado aos trilhos dos trens, a via carregava o nome de Estrada do Limoeiro por se iniciar na Ponte do Limoeiro e ir até o município do Agreste. Após a sua expansão para tornar-se Avenida, passa a ter o nome de Avenida Norte devido a sua geolocalização na cidade e em contraste com a Avenida Sul; em 2006, a gestão do prefeito João Paulo homenageia o ex-governador Miguel Arraes de Alencar, responsável por obras de ampliação e estruturação da mesma, pondo o seu nome na Avenida.

#### **4.2 Segregação e Diferenciação racial expostas pela Avenida**

A Avenida Norte com as suas particularidades é de extrema importância para a circulação de mercadorias mas ainda das relações que provocam a cidade como fruto do capital, proporcionando hierarquias pré estabelecidas como no caso dos bairros. Muitos dos logradouros no geral existem em suas determinadas localizações por causa da avenida, como aqui argumentado, mas também por causa dos bairros situados ao longo do seu trajeto. Se evidencia: a via tem total influência na estruturação urbana, porém relacionada também os papéis dos bairros quanto a influxo em determinadas áreas as

quais não estão próximas da avenida.

Segundo a internacional situacionista, em específico Guy Debord (2007), na cidade não se moram em bairros, mas sim em hierarquias as quais são estabelecidas historicamente no território. O processo de hierarquização é relacionado intimamente com o de formação do urbano e tem a ver com as condições de habitações as quais foram estabelecidas no passado e ainda vem se estabelecendo contemporaneamente, como visto também no primeiro capítulo.

Assim, os frutos desta relação de poder podem ser diversos quando comparados bairros diferentes: a assistência quanto a serviços frutos de políticas públicas como saneamento básico, presença de postos de saúde, escolas, presença de parques e até a arborização como uma forma de conforto. Ou seja, a atuação por parte do Estado é essencial para o desenvolvimento das desigualdades entre bairros pela elaboração de suas hierarquias como agente principal deste processo ao lado do capital privado na sua atuação de reserva de mercado em determinados bairros.

Sobre o agente privado e sua relação com o processo de hierarquização de bairros, pode-se afirmar que é dada por meio da veiculação de serviços com valores mais elevados que o normal devido ao poder de compra construído anteriormente e ações em rede com a realização de uma PPP para que tal estabelecimento se mantenha. Por exemplo, as lojas de venda de carros presentes na avenida, que normalmente impõe um alto padrão de consumo aos seus clientes, trazem uma valorização do terreno ao seu redor e eventualmente ao bairro.

Assim, o estabelecimento de hierarquias obedece a lógica do dinheiro e sua perpetuação ao longo do espaço urbano enquanto papel formador essencial. Os bairros, da mesma forma que as vias de interligação urbana, são frutos da ação do capital em sua estruturação, não sendo diferente com a Avenida Norte e os seus 15 bairros ao longo do seu trajeto. Realidades diferentes são encontradas exatamente pelas hierarquias diferentes traçadas ao longo do seu caminho.

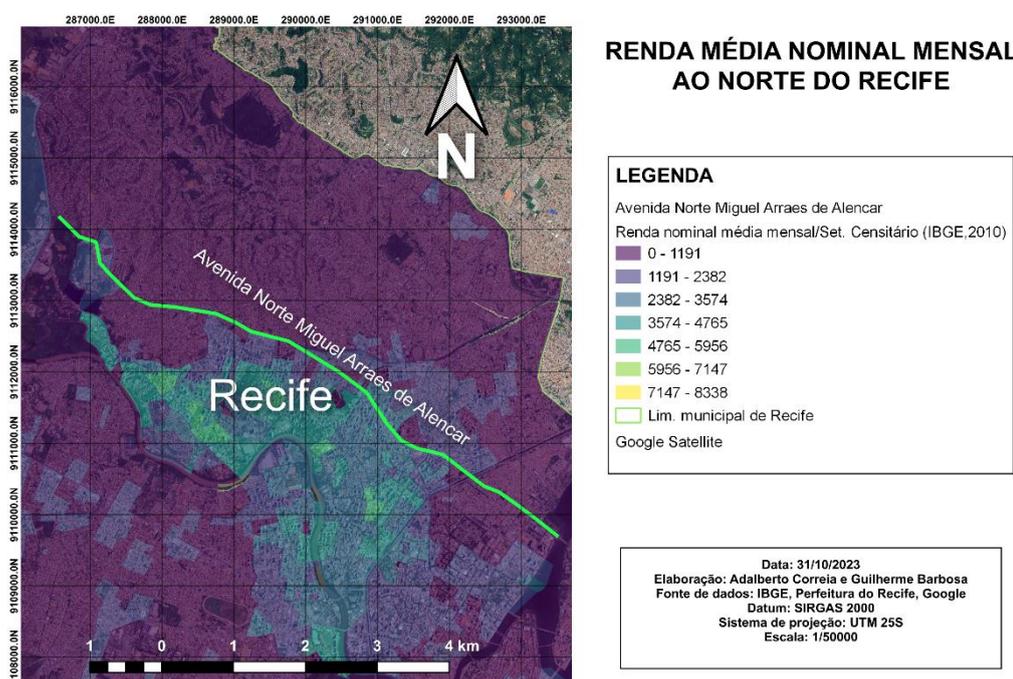
Destarte, há uma relação entre estruturas diversas de poder nos bairros que relacionam classe e raça de uma maneira clara quanto à distribuição demográfica nos bairros. Também, é possível ser visto em relação de bairros com outros bairros, ou seja, comparando índices de classe interseccionados com a raça quanto a hierarquização. Tal ação pode ser vista enquanto reprodução do racismo pelo Estado pois um dos fatores estruturantes e que dá força a hierarquização se dá através da ausência de assistência do Estado para bairros de população de maioria negra.

O contexto cria e trabalha a ideia de territórios negros elaborados por Nogueira (2018), onde se baseiam estes territórios como frutos da segregação provocada pelo racismo entretanto em contextos de luta e resistência, como, no caso, em reivindicações

por diretos urbanos básicos de assistência. Traçam-se nestes a existência dos traços coloniais e a identificação territorial como marcas importantes a serem consideradas, ao lado de processos de identificação racial e declarações económicas bem destacados.

Ao longo da Avenida aqui estudada, é possível perceber, no seu perímetro e em extensões ao seu redor, diferentes realidades quanto as rendas nominal (ou seja, individual). Como possível observar através dos dados do IBGE, as áreas da Zona Norte do Recife como um todo apresentam variações quanto as rendas. O mapa abaixo deixa claro tal espacialização:

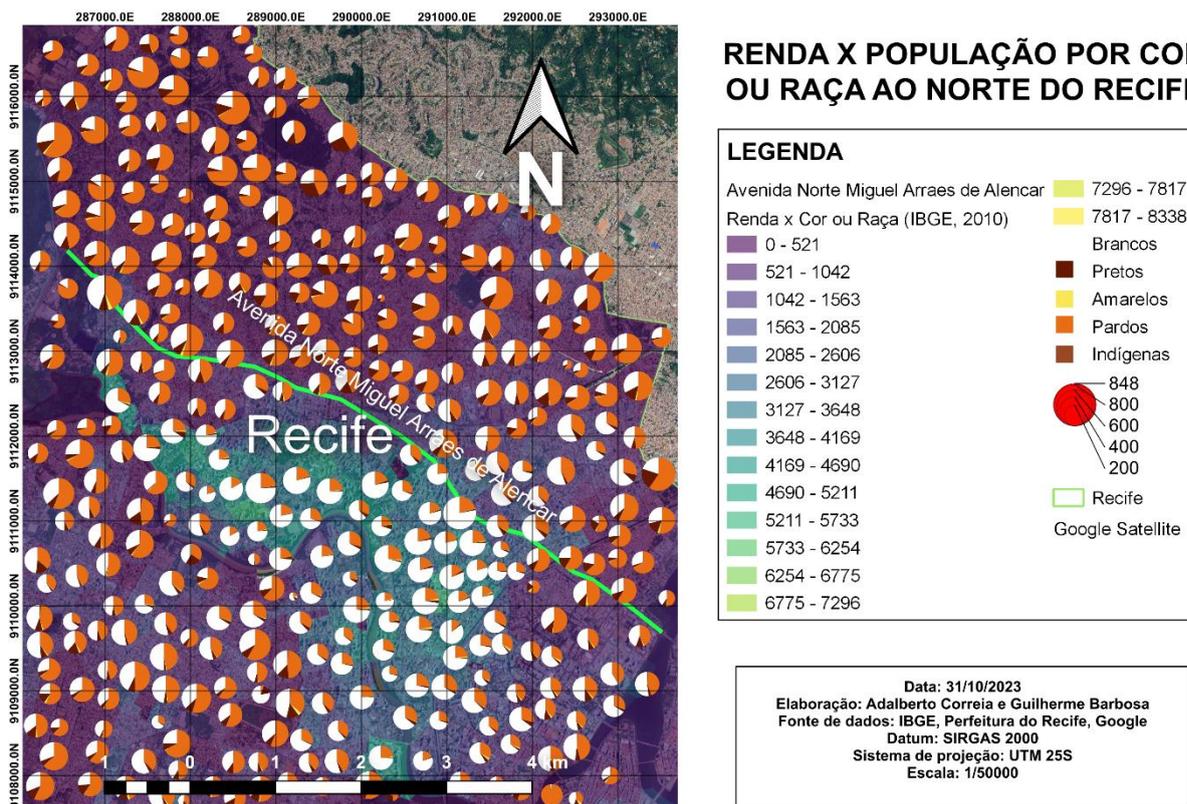
**Figura 9: Mapa de renda média nominal mensal ao Norte do Recife**



É possível constatar no mapa que divisão por renda média nominal mensal na Zona Norte se dá a um fenômeno bem interessante: a renda diminui significativamente quando se desce o morro, que é possível observar também no mapa. Em algumas áreas da planície ainda se estabelece a sequência do valor de renda, porém em grande parte desta área do Recife se dá por tal realidade de divisão onde a população que mora nos Morros apresenta uma renda menor do que as populações que moram na planície. Nesta presente pesquisa busca se entender a sequência desta realidade, entretanto em específico na Avenida Norte Miguel Arraes de Alencar como já observado anteriormente.

Além disso, a realidade da Zona Norte como um todo obedece uma caracterização racial que também diálogo com as realidades de renda aqui caracterizada. Se observa que há uma relação entre os dados de renda e os dados da população por cor/raça ao Norte do Recife, como estabelece-se no mapa abaixo, indo ao perímetro da Avenida Norte Miguel Arraes de Alencar.

**Figura 10: Mapa de Renda X População por cor ou raça ao Norte do Recife**



Com tal cartografia, percebe-se que grande parte de pessoas brancas se encontram ao Sul da Avenida Norte em bairros com um maior poder aquisitivo em relação a renda, enquanto pessoas negras/pardas estão ao Norte da Avenida em bairros com um menor poder aquisitivo. Vale também ressaltar que esse fato também vai em relação ao relevo desta parte da cidade, quando a maioria da população branca habita a planície e parte da população negra/parda habita as partes de morro e as proximidades do Rio Beberibe.

Assim, ao observar toda a dinâmica que o mapa revela acerca desta parte da cidade do Recife, vê-se a Avenida Norte como um ponto de separação entre populações negras e brancas ao longo do seu perímetro como um todo, havendo a existência de diferenciações e segregações raciais expostas entre a Avenida Norte. De acordo com Ratts e Ferreira (2018), a diferenciação pode ser definida como os contrastes os quais existem entre pontos opostos dialeticamente no espaço - como sujeitos negros e brancos ou sujeitos ricos e pobres. Ainda segundo os mesmos autores, a segregação já debate sobre a diferenciação e separação atuando conjuntamente, passando também pelo processo de identificação.

Em diferentes contextos ao longo de toda as quilometragens, a avenida apresenta bem os conceitos quando analisados os dados dos seus bairros e obedecendo uma localização bem definida: a avenida separa os bairros com uma maioria autodeclarada

preta e parda, localizados ao norte em áreas de morro, de bairros com uma maioria autodeclarada branca e localizada em planícies. Como demonstrado na tabela, os bairros com maiores percentuais de autodeclarações brancas também apresentam índices mais elevados nos valores mensais médios.

Nota-se, com bastante clareza os contrastes dos territórios negros, principalmente pela proximidade de localização de bairros como Casa Amarela, Alto José do Pinho, Morro da Conceição e Vasco da Gama. Em outras localidades da avenida, como nos bairros do Rosarinho, Espinheiro e Tamarineira se observa a predominância de populações majoritariamente declaradas brancas, sendo distantes dos territórios negros citados acima e também passando pelo processo de diferenciação e segregação.

A expansão do capital como principal função da avenida enquanto agente para criação e permanência da cidade capitalista passa, nitidamente, pelo racismo expresso e construído nela. Sua existência age como muros que separam e dividem a população negra formulando territórios diferentes ao longo do seu trajeto por mais de uma vez. Revela-se o racismo institucional anteriormente abordado, de fácil observação, por parte do Estado e com poucas ações efetivas realizadas para diminuir os danos, sejam em políticas públicas ou até em ações conscientes de que a avenida apresenta tal ação e é formulada para a segregação.

## 5 Conclusão

As Avenidas apresentam uma grande importância para a construção do Espaço Urbano por serem meios de interligações de fluxos entre diversas realidades diferentes da cidade, como um elemento importante de constituição desta mesma através da noção de redes. Ou seja, a cidade se dá por elementos como avenidas, ruas e logradouros que, em conjunto, formulam conexões entre si que se interligam mutualmente. Entretanto, esta interligação não se dá a toa ou meramente em formas presentes no Espaço: todos os fluxos são existentes para que haja a propagação do capital e assim movimenta-lo para a sua constituição, tornando esta um sujeito também no processo de produção.

A Urbanização carrega o caráter capitalista para a constituição do Espaço essencialmente através do dinheiro para que sejam formuladas, finalmente, as cidades. Todo o processo histórico de construção da Avenida Norte Miguel Arraes de Alencar, passando inicialmente pelos trilhos de trem – quando ainda era Estrada do Limoeiro - que conectavam todos o Nordeste ao Recife levando mercadorias e transportando pessoas até chegar à sua condição asfaltada contemporânea afirmam o seu papel de estruturação da cidade. Atenta-se a movimentação do capital, já que, como afirmado durante parte significativa da pesquisa, as Avenidas são de tamanha relevância para este processo e para a continuidade de produção do Espaço Urbano.

Durante todo o seu trajeto, a Avenida aqui estudada apresentou como ocorre o fluxo do capital. Com o seu início na Ponte do Limoeiro e final na BR-101, em duas vias de duplo sentido, a grande maioria dos bairros da Zona Norte encontram-se conectados pela Avenida através de ruas e outros elementos, estruturando, assim, a cidade como um todo. As movimentações de dinheiro vão de acordo com a expansão do Espaço Urbano, que bota o capital em primeiro plano a partir do momento que se desconsideram relações humanas para se dar atenção, antes de tudo, as relações de dinheiro.

Tal elaboração do Espaço resulta em diversos fenômenos sociais existentes neste mesmo que traduzem muito das ações do dinheiro. Questões como a violência, a desigualdade e a segregação são puramente frutos do processo de hipervalorização do capital de forma proposital para estabelecer hierarquias dentro do sistema capitalista para que continuem havendo então a sua promoção e propagação.

Em específico na pesquisa, buscou-se trabalhar a Segregação Espacial aliada aos apontamentos de raça presentes na Avenida de uma maneira marcante pela observação da paisagem ao longo de seu percurso. Também, após a leitura de referências bibliográficas necessárias para entender a segregação racial em Espaços Urbanos, se notou a importância do uso do termo da diferenciação como aliado à segregação para

entender a problemática como um todo. Constatou-se, inicialmente, que a segregação, entendida por separações de identidades diferentes em um mesmo espaço – a Avenida Norte, no caso – advém da diferenciação, entendida por contrastes entre opostos dialeticamente.

Entretanto, o racismo toma mais proporções do que a representação em segregações e diferenciações. Foi estudado a estruturalidade do racismo no Brasil, partindo de suas origens e formulações, para compreender como as suas dinâmicas sociais com ênfase no Espaço, porém com um caráter geográfico. Através dos estudos, foi possível perceber que um dos elementos de constituição básica constituintes do Espaço Geográfico é o racismo, com este atuando na sua produção.

Além disso, se observou a consideração sobre o que é ser negro no Brasil através de todo um processo histórico de genocídio contra a população ex escravizada durante os séculos XVI e XX. Em específico ao primeiro capítulo, foram feitas considerações sobre a identidade racial brasileira para buscar compreender, mais a frente, questões relacionadas ao ponto chave da pesquisa como um todo que é segregação racial. Assim, entendeu-se o processo de embranquecimento por meio da mestiçagem como uma forma de apagamento da cultura negra e da própria autodeclaração, passando a existir, em específico ao contexto brasileiro, o sujeito pardo o qual também é abarcado pela população negra sem nenhum grau de hierarquias entre estes.

Além disso, se abordou o estigma criado ao pardo por este ser fruto da mestiçagem e, por bastante tempo, se acreditar que esta composição racial traria problemas para a composição social brasileira em relação a criminalidade, pobreza e miséria. Se fez uma dura crítica à antropologia criminal e as permanência desta contemporaneamente, sendo influente na dinâmica da produção do espaço enquanto ações de poder territorial e também na vida daquele que é abarcado e entendido enquanto negro.

Tanto o negro como pardo sofrem violências sociais quanto a sua existência por parte de diversos agentes. Na pesquisa foram apontados, em específico, as ações do Estado na promoção da violência, ausência de assistências públicas e o encarceramento em massa da população negra como parte da violência realizada. Também se destaca a ação da branquitude enquanto agente por vezes oculto, mas totalmente presente em todas as esferas aqui ditas anteriormente como uma maneira de eliminação do negro através de ações coletivas.

Dentre as ações que visavam eliminar a população negra, a cidade do Recife chama atenção pela ocorrência de políticas higienistas as quais tentaram eliminar os mocambos, habitações de grande parte da população negra, através da falsa justificativa sanitária de propagação de doenças. Com a luta contra o mocambo, houve o deslocamento forçado dos mocambeiros para outras demais áreas da cidade, saindo dos

manguezais para áreas de planície ou morros. Nesta pesquisa foi possível observar que parte significativa das populações ex-mocambeiras foi para as áreas de morro em Casa Amarela na Zona Norte do Recife no perímetro do que viria a ser em breve a Avenida Norte Miguel Arraes de Alencar.

Além do deslocamento da população vinda dos mocambos, a avenida recebeu trabalhadores da Fábrica da Macaxeira e do interior do estado já que esta apresenta ligação direta com a BR-101. Entretanto, quando vistos os bairros da Avenida por geral, observa-se que não foram todos que receberam populações migrantes dos mocambos, havendo uma predominância destes bairros próximos a BR-101 e também no bairro de Santo Amaro. Os reflexos da configuração racial destes bairros atualmente são possíveis de perceber na figura 10 exposta no capítulo 3 quando demonstrados os percentuais de população negra e parda ao longo da Avenida e a sua separação.

Assim, com as ações de políticas do Estado de precarização das condições de vida da população negra, ocorrem ações de diferenciação e segregação racial ao longo do perímetro da Avenida Norte Miguel Arraes de Alencar pela exposição de diversas realidades diferentes quanto às ações públicas e até mesmo pelos coeficientes de renda de bairros negros e bairros brancos. Ressalta-se o papel de fluxo de capital da Avenida enquanto estruturadora do Espaço Urbano, entrelaçando-se com um caráter racial discutido de uma forma que a esta produção do Espaço traz o racismo e eventualmente a segregação intrinsecamente.

A capitalização do Espaço, entendendo esta como uma forma de produção relacionada exclusivamente voltada para a disseminação do dinheiro, passa ser responsável pela segregação e diferenciação racial. No recorte visto, fica claro que a Avenida age, enquanto fluxo de redes, para fomentar tal ação e perpetuar o racismo no Recife, separando institucionalmente sujeitos negros de sujeitos brancos e fornecendo melhores condições de existência para estes últimos.

## 6 REFERÊNCIAS

**ALMEIDA**, Silvio Luiz de Racismo estrutural / Silvio Luiz de Almeida. -- São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

**Andrade**, Isabella Puente de. "Filhos da lama e irmãos de leite dos caranguejos": as relações humanas com o manguezal no Recife (1930-1950) / Isabella Puente de Andrade. – 2019. 173 f. : il. ; 30 cm.

**BRASIL**. Lei n. 581, de 4 de setembro de 1850. Estabelece medidas para a repressão do tráfico de africanos neste Império. *Coleção das leis do Império do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 267, v. 1, parte 1, 1850.

**BRASIL**. Lei n. 3.353, de 13 de maio de 1888. Declara a extinta da escravidão no Brasil. Paço do Senado, Rio de Janeiro, 1888.

**BENTO**, Cida. O pacto da branquitude/ Cida Bento - 1a ed. - São Paulo: Companhia das letras, 2022.

**CENSO** Demográfico, 2010. Resultados do universo: características da população e domicílios. Disponível em <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em julho de 2023.

**CORREA**, R. L. A. Redes Geográficas - Reflexões sobre um tema persistente. *CIDADES (PRESIDENTE PRUDENTE)*, V.9, p. 27, 2012

**DAMIANI**, Amélia Luisa. Urbanização Crítica e Produção do Espaço. *Revista Cidades*, v. 6, p. 307-339, 2009.

**FERREIRA, D. C.; RATTS**, A. R. A Segregação racial em Goiânia: representação dos dados de cor ou raça (IBGE, 2010). *Ateliê Geográfico, Goiânia*, v. 11, n. 3, p. 170–192, 2018. DOI: 10.5216/ag.v11i3.45334.

**FISCHER**, Brodwyn. A ética do silêncio racial no contexto urbano: políticas públicas e desigualdade social no Recife, 1900-1940," *Anais do Museu Paulista*, 28 (2020): 1-45.

**INTERNACIONAL SITUACIONISTA**. *Deriva*, psicogeografia e urbanismo unitário. Erahsto Felicio, organização. Porto Alegre: Deriva, 2007.

**MARX**, Karl. Colonização, seu sentido e a forma social que a fundamenta. *O Capital. Crítica da Economia Política. Livro Primeiro. Volume I. Tomo II. Cap. 25 Teoria moderna da colonização*. São Paulo Abril Cultural, 1983.

**MUNANGA**, Kabengele. Redescutindo a mestiçagem no Brasil: Identidade nacional versus identidade negra/ Kabengele Munanga – 5. ed. rev. amp.; 2. reimp – Belo Horizonte: Autentica, 2020 - (Coleção Cultura Negra e Identidades)

**NASCIMENTO**, Abdias do. O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado/ Abdias Nascimento. - 3a ed. - São Paulo: Perspectivas, 2016.

**NÓBREGA**, Pedro Ricardo da Cunha. Acessibilidade Urbana em um dos principais eixos

viários da cidade do Recife - PE, Avenida Governador Miguel Arraes de Alencar (Avenida Norte). Revista GeoNordeste, v. 1(2013), p. 63-81, 2013.

**NOGUEIRA, A. M. R.** . A construção Conceitual e Espacial dos territórios negros no Brasil. Revista de Geografia (RECIFE) , v. 35, p. 204-218, 2018

**PAZ, A. B.**. La visión del Otro: las representaciones del yo afroargentino en el siglo XIX. Revista Geografía, Literatura e Arte, 2021.

**ROCHA, S. A.** . Nas “Terras de Niguém”: Conflitos e a luta pela posse de Terra Urbana – Casa Amarela, Recife-PE. In: 30 Simposio Nacional de Historia, 2019, Recife. Anais do 30º Simpósio Nacional de Historial – Historia e o futuro da educação no Brasil, 2019.

**SCHUCMAN, Lia Vainer.** Entre o encardido, o branco e o branquíssimo: branquitude, hierarquia e poder na Cidade de São Paulo. Capítulo 1: Rompendo o pacto racista, colocando o branco em questão. 2012. 122 p. Tese (Doutorado em Psicologia) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

**SILVA, Raphael Fontoura da.** Roteiro das ferrovias em Pernambuco: um olhar geográfico/Raphael Fontoura da Silva. Recife, PE: 2018.

**SOUSA, Isauro.** **Regularização Fundiária Das “Terras de Ninguém” A Semi-Formalização em Novas Bases.** 2005. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2005. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cp027824.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2023.